

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JADSON LEANDRO PRÁ

**ADERÊNCIA DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DA UNESC EM RELAÇÃO AOS CONTEÚDOS AFERIDOS NOS CONCURSOS
PÚBLICOS EM CONTABILIDADE, COM PROVAS EM SANTA CATARINA,
ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2015.**

CRICIÚMA

2016

JADSON LEANDRO PRÁ

**ADERÊNCIA DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DA UNESC EM RELAÇÃO AOS CONTEÚDOS AFERIDOS NOS CONCURSOS
PÚBLICOS EM CONTABILIDADE, COM PROVAS EM SANTA CATARINA,
ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2015.**

Trabalho apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Fabrício Machado Miguel

CRICIÚMA

2016

JADSON LEANDRO PRÁ

**ADERÊNCIA DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DA UNESC EM RELAÇÃO AOS CONTEÚDOS AFERIDOS NOS CONCURSOS
PÚBLICOS EM CONTABILIDADE COM PROVAS EM SANTA CATARINA ENTRE
2013 E 2015.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
Grau de bacharel no curso de Ciências
Contábeis da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa
em Formação e Exercício Profissional

Criciúma, 30 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Fabrício Machado Miguel - Especialista - (UNESC) - Orientador

Prof. (ª) Milla Lúcia Ferreira Guimarães Mestre – Mestre – (UNESC) - Examinadora

Dedico a Khrysla, por todo apoio, amor, carinho e dedicação entregues a mim nesta trajetória.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, por todas as graças concedidas e pela saúde e força dadas a mim em todos os momentos de minha vida.

Aos meus familiares, pelos ensinamentos, pela educação, pelo amor, comprometimento e dedicação, os quais me fizeram superar os obstáculos enfrentados na universidade e na vida, sem eles nada disso seria possível.

A todos os colegas e amigos, que de uma forma ou outra me ajudaram a percorrer este caminho.

Ao meu orientador Fabrício Machado Miguel, pelas correções, sugestões e ajuda em realizar esta pesquisa.

A Khrysla Tsai, minha namorada, companheira e parceira que sempre me incentivou e me deu forças em todas as minhas decisões, agradeço pelo apoio e amor incondicional dedicados a mim em todos os momentos dessa trajetória, tenho a certeza de que não teria conquistado nada nem chegado aqui sem você.

“Nunca ande pelo caminho traçado, pois ele conduz somente até onde os outros já foram.”

Alexander Graham Bell

RESUMO

Diante da diversidade de áreas de atuação para o contador surge a possibilidade de atuar em órgãos públicos e para ingressar nesta área é necessário prestar concursos públicos. Sendo assim a problematização da pesquisa está em identificar a relação da matriz curricular do curso de ciências contábeis da UNESC com os conteúdos exigidos em concursos públicos para a área da contabilidade e como objetivo geral identificar essa relação através de um estudo comparativo. Sendo assim, determinaram-se como objetivos específicos: examinar, através de suas ementas, os conteúdos de Formação Profissional estabelecidos na estrutura curricular do curso; identificar e analisar os editais de determinados concursos públicos; e identificar os principais concursos, cargos, quantidade de vagas e remunerações. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com objetivos descritivos, que utilizou o método de procedimento comparativo e técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. No período pesquisado, foram encontrados 27 (vinte e sete) editais com 39 (trinta e nove cargos), sendo analisados 08 (oito) concursos e comparados com 29 (vinte e nove) disciplinas de formação profissional. Das disciplinas de formação profissional 17 (dezesete) possuem relação com os conteúdos exigidos em certames públicos, resultando em um percentual de 58,62% (cinquenta e oito inteiros e sessenta e dois centésimos por cento) de aderência de conteúdos.

Palavras-chave: Concurso Público. Mercado de Trabalho. Ensino da Contabilidade

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conteúdos de Formação do Curso de Ciências Contábeis.....	21
Quadro 2 - Disciplinas por Categoria de Conhecimento	22
Quadro 3 - Disciplinas por Categoria de Conhecimento	23
Quadro 4 - Disciplinas por Categoria de Conhecimento	23
Quadro 5 - Áreas de Atuação e Funções Especializadas do Contador.....	24
Quadro 6 – Vantagens recebidas por Servidores Públicos.	30
Quadro 7 - Bancas Organizadoras Definidas para o Estudo.....	33
Quadro 8 - Editais Utilizados como Amostragem	34
Quadro 9 – Concursos com provas realizadas em Santa Catarina.....	35
Quadro 10 - Disciplinas de Formação Profissional Não Analisadas.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Cursos de Graduação Presenciais em Ciências Contábeis	18
Tabela 2 - Cursos de Graduação à Distância em Ciências Contábeis.....	18
Tabela 3 - Conteúdos Específicos Exigidos nos Editais Analisados	37
Tabela 4 - Conteúdos relacionados à Contabilidade Introdutória I.....	40
Tabela 5 - Conteúdos relacionados à Contabilidade Introdutória II.....	42
Tabela 6 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade Intermediária I.....	43
Tabela 7 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade Intermediária II.....	44
Tabela 8 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade de Custos	45
Tabela 9 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade e Análise de Custos.....	46
Tabela 10 - Conteúdos Relacionados à Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis I	47
Tabela 11 - Conteúdos Relacionados à Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis II	48
Tabela 12 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade Tributária I	50
Tabela 13 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade Avançada II.....	51
Tabela 14 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade Pública I.....	52
Tabela 15 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade Pública II.....	53
Tabela 16 - Conteúdos Relacionados à Auditoria Contábil	55
Tabela 17 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade Gerencial	56
Tabela 18 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade e Instituições de Direito Público e Privado	57
Tabela 19 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade e Direito Tributário Aplicado	58
Tabela 20 - Conteúdos Relacionados à Teoria da Contabilidade	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFC	Atividades de Formação Complementar
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
APE	Atividade Prática Específica
CAUSC	Conselho de Arquitetura e Urbanismos de Santa Catarina
CESPE	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNE/CES	Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESAF	Escola Superior de Administração Fazendária
FCC	Fundação Carlos Chagas
FEA-USP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FEPESSE	Fundação de Pesquisas Socioeconômicas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MPTC	Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
MPU	Ministério Público da União
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PIO	Processo Interdisciplinar Orientado
SIM	Sistema de Ingresso por Mérito
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCE/SC	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.3 JUSTIFICATIVA	15
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE	17
2.2 O ENSINO DA CONTABILIDADE NO BRASIL	17
2.2.1 O Currículo do Curso de Ciências Contábeis	19
2.3 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA UNESC	20
2.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	24
2.5 CONCURSOS PÚBLICOS	25
2.5.1 Prazo de Validade do Concurso	26
2.5.2 Requisitos de Acesso	27
2.5.3 Acesso para candidatos com condições especiais	27
2.5.4 Acumulação de Cargos, Empregos e Funções	28
2.5.5 Direitos e Vantagens	29
3 METODOLOGIA	32
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	32
3.2 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS	33
4 ANÁLISE DOS DADOS	35
4.1 OBJETO DE ESTUDO	35
4.2 EDITAIS DE CONCURSO	36
4.3 EMENTAS DAS DISCIPLINAS	39
4.3.1 Contabilidade Introdutória I	40
4.3.2 Contabilidade Introdutória II	41
4.3.3 Contabilidade Intermediária I	42
4.3.4 Contabilidade Intermediária II	43
4.3.5 Contabilidade de Custos	45
4.3.6 Contabilidade e Análise de Custos	46
4.3.7 Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis I	47

4.3.8 Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis II.....	48
4.3.9 Contabilidade Tributária I	49
4.3.10 Contabilidade Avançada II.....	50
4.3.11 Contabilidade Pública I	51
4.3.12 Contabilidade Pública II	53
4.3.13 Auditoria Contábil	54
4.3.14 Contabilidade Gerencial	55
4.3.15 Contabilidade e Instituições de Direito Público e Privado	56
4.3.16 Contabilidade e Direito Tributário Aplicado.....	58
4.3.17 Teoria da Contabilidade.....	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo serão abordados o tema da pesquisa, o problema e a questão problema, apresenta-se também os objetivos e a justificativa para a realização do estudo.

1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO PROBLEMA

Durante séculos os profissionais da contabilidade desempenharam um papel de grande relevância na sociedade. Atualmente, o bacharel em Ciências Contábeis possui um vasto campo de atuação, diante disso, a escolha da graduação pelos que ingressam no ensino superior traz inúmeras opções em diversas áreas, tanto em empresas, como no ensino, atuando como autônomo e também em órgãos públicos.

A atuação na área da contabilidade tem se aproximado muito dos órgãos públicos, visto que, todos os anos há várias oportunidades para os cargos de contador público, fiscal de tributos, controlador de arrecadação e tribunais de contas, as quais ocorrem tanto na esfera federal, como na estadual e na municipal, onde tem ocorrido grande número de profissionais contábeis aprovados.

Segundo Ludícibus e Marion (2007, p. 50), “dados estatísticos mostram que os graduados em contabilidade têm um índice maior de aproveitamento nos concursos públicos em áreas afins que outros graduados”.

Essa aproximação também pode ser constatada em pesquisa realizada, que analisando a expectativa dos alunos ingressantes no Curso de Ciências Contábeis, demonstrou que mais de 40% (quarenta por cento) desses alunos tinham interesse por concursos públicos. (LAGIOIA *et. al*, 2007).

Para adentrar nos órgãos públicos necessita-se da realização de concurso público, o qual é a forma de ingresso no setor público, maneira utilizada pela Administração Pública para garantir a isonomia e a impessoalidade em suas contratações. Nos termos da Constituição Federal de 1988 “a investidura em cargo ou emprego público depende da prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos” (BRASIL, 1988).

Segundo o Projeto Pedagógico do curso de graduação em Ciências

Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), “o contador formado pela UNESC poderá atuar em todos os setores da economia, nos segmentos como industrial, comercial, agronegócios, serviços, docência, terceiro setor e também em órgãos públicos” (UNESC, 2016, p. 49).

Diante disso, nota-se a diversidade de áreas em que o contador poderá atuar, em todos os ramos de atividade, em qualquer organização, independentemente de seu porte, portanto, o profissional que conclui sua graduação deverá estar apto a ocupar uma vaga nesse mercado de trabalho.

Diante do que foi exposto surge o seguinte questionamento: Qual a relação entre a matriz curricular do curso de Ciências Contábeis da UNESC com os conhecimentos exigidos nos concursos públicos para a área da contabilidade, e quais os mais conteúdos exigidos?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho consiste em apresentar por meio de um estudo comparativo a relação entre os conteúdos da estrutura curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNESC com os conteúdos programáticos exigidos em provas de concursos públicos entre os anos de 2013 e 2015.

Para alcançar o objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Examinar, por meio de suas ementas, os conteúdos de Formação Profissional estabelecidos na estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis da UNESC.
- b) Analisar e identificar, por meio de editais, os conteúdos mais exigidos nos concursos públicos para a área de contabilidade, com provas realizadas em Santa Catarina, entre os anos de 2013 e 2015;
- c) Identificar os principais concursos, cargos, quantidade de vagas e remuneração para bacharéis em Ciências Contábeis entre os anos de 2013 e 2015, com provas em Santa Catarina.

1.3 JUSTIFICATIVA

O serviço público sempre atraiu diversos postulantes às vagas, diversas pesquisas demonstram que a disputa por uma vaga nos órgãos públicos vem se tornando mais acirrada do que costumava ser, há pessoas que abdicam de suas carreiras e dedicam-se integralmente aos estudos visando uma aprovação mais breve. Contudo a maioria ainda não possui condições de empregar dedicação total e busca estudar em suas horas vagas, necessitando de muito mais foco e disciplina.

A relevância do estudo para o bacharel em Ciências Contábeis é vista nas diversas oportunidades que a administração pública oferece, o setor público é uma área com amplas oportunidades, as quais exigem o diploma de nível superior e ainda o registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

Para a Universidade, a relevância do trabalho está na análise da matriz curricular, a qual auxilia na identificação do nível de adequação dos conteúdos de Formação Profissional com os conteúdos exigidos em concursos públicos e torna-se instrumento relevante de melhoria para a Universidade e o curso de Ciências Contábeis.

A exequibilidade do trabalho é vista em diversos estudos realizados identificando a quantidade de acadêmicos de Ciências Contábeis interessados em ingressar no serviço público, outro fator preponderante é que diversos autores, em seus trabalhos, abordam os órgãos públicos como uma grande área para o bacharel em contabilidade. Finalmente, os editais de concursos, descrevem os conteúdos que são exigidos em suas provas, assim como o Projeto Pedagógico do curso de Ciências Contábeis da UNESC especifica nas ementas das disciplinas os conteúdos que são abordados, facilitando a comparação entre as duas áreas.

O tema tem se tornado oportuno, pois todos os anos há vários órgãos da administração pública abrindo vagas para cargos na área da contabilidade. Devido à atual crise financeira e diversas demissões no setor privado, profissionais buscam a estabilidade oportunizada nos órgãos públicos, além disso, pesquisas constatarem o aumento de inscritos nos certames ano após ano, isso torna necessária uma preparação adequada, com foco no cargo desejado, conhecimento dos conteúdos exigidos e como estes costumam ser aplicados nas provas, é pois, neste momento que o estudo se mostra oportuno, por meio da identificação dos principais conteúdos

exigidos.

A contribuição deste trabalho não envolve apenas as provas de concursos públicos, estes possuem enorme semelhança com outros tipos de exames, como ENADE e também o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Portanto, a análise desses conteúdos não servirá apenas de base para concursos públicos, poderá ser utilizada por aqueles que participarão de outros tipos de exames.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Concluído o capítulo introdutório, este estudo está organizado de acordo com as seguintes seções: fundamentação teórica e procedimentos metodológicos análises e discussão dos resultados empíricos; e considerações finais. A fundamentação teórica reúne a revisão da literatura com estudos teóricos e empíricos acerca do curso de ciências contábeis e de concursos públicos. A ênfase é na relação dos conteúdos de Formação Profissional do curso de ciências contábeis da UNESC com os aferidos em concursos públicos para a mesma área e com provas realizadas em Santa Catarina entre os anos de 2013 e 2015. Em seguida, apresentam-se os procedimentos metodológicos com o método, abordagem, objetivos, estratégia e técnicas de pesquisa. Posteriormente, são discutidos os resultados e apresentadas às considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será explorada a fundamentação teórica relativa ao Curso de Ciências Contábeis, à profissão de Contador e ao concurso público. Pretende-se identificar a aderência dos conteúdos de formação do curso com os exigidos nas provas de concurso público.

2.1 A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

A origem exata da contabilidade é incerta, sabe-se que ela tem sua origem na era primitiva, de forma rudimentar foi sendo criada pelo homem devido à necessidade de controlar suas riquezas e seus escambo (IUDÍCIBUS, 2010).

Seu principal desenvolvimento ocorreu nos séculos XIX e XX, com a escola italiana e a invasão norte-americana, impulsionada pelo surgimento de grandes empresas a contabilidade passou a ter uma evolução muito mais crescente, a qual jamais tinha presenciado.

A contabilidade brasileira é um fenômeno recente se comparada a outras escolas. No Brasil foi influenciada pelas escolas italiana e a americana, as quais já vinham em constante evolução.

O cenário atual da contabilidade pode ser atribuído à globalização, esse fenômeno tem feito com que vários países se preocupem em harmonizar as normas contábeis para facilitar o comércio internacional, a cada dia surgem novos usuários, o que faz com que o ensino da profissão esteja em constante evolução (IUDÍCIBUS, 2010).

2.2 O ENSINO DA CONTABILIDADE NO BRASIL

O ensino da contabilidade no Brasil surgiu no início do século XX. Em 1902 surgiu a primeira escola de contabilidade no Brasil, a Escola de Comércio Álvares Penteado, porém apenas em 1905 é que seus diplomas foram reconhecidos oficialmente, logo depois, em 1908, era criado o curso superior de Ciências Contábeis (MARION; ROBLES JÚNIOR, 1998).

Durante algum tempo apenas a Escola de Comércio foi a única no Brasil, a contabilidade ainda evoluía no país e aos poucos foram surgindo decretos e leis que regulamentaram outras escolas e cursos.

As principais evoluções no ensino da contabilidade ocorreram a partir de 1946, quando foi criada a Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e em 1951 com o desmembramento do curso de Ciências Contábeis, ficando a contabilidade com seu próprio curso superior e atribuindo aos seus formandos o título de bacharel em contabilidade (MARION; ROBLES JÚNIOR, 1998).

Após esses importantes acontecimentos a evolução do ensino na contabilidade tomou maiores proporções, evoluiu como profissão, como educação e como ciência, aumentando o número de instituições de nível superior que oferecem o curso e conseqüentemente elevando a quantidade de graduações.

Em dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) é possível verificar o aumento de instituições ofertando o curso superior de Ciências Contábeis, conforme Tabelas 1 e 2.

Tabela 1- Cursos de Graduação Presenciais em Ciências Contábeis

ANO	IES PÚBLICAS			IES Privadas	TOTAL
	Federal	Estadual	Municipal		
2003	55	53	25	550	683
2013	72	63	54	979	1.168

Fonte: INEP (2015).

Tabela 2 - Cursos de Graduação à Distância em Ciências Contábeis

ANO	IES PÚBLICAS			IES Privadas	TOTAL
	Federal	Estadual	Municipal		
2010	02	01	00	25	28
2013	02	01	02	34	39

Fonte: INEP (2015).

A difusão do curso de Ciências Contábeis fica evidente na Tabela 1, a qual demonstra, em 10 anos, um aumento de aproximadamente 70% (setenta por cento) em graduações presenciais ofertados no país e na Tabela 2, que demonstra a criação de 11 (onze) graduações à distância de ciências contábeis em 03 (três) anos, um aumento de aproximadamente 40% (quarenta por cento).

2.2.1 O Currículo do Curso de Ciências Contábeis

Para Marion e Robles Júnior (1998), no ano de 1992 foram elaborados os currículos plenos para a contabilidade, a Resolução 03/92 do Conselho Federal de Educação, mesmo com diversas falhas, ainda proporcionou um grande aperfeiçoamento e contribuiu para o ensino da contabilidade no Brasil. Essa regulamentação apresentou novidades, tais como:

- Validade do diploma em Âmbito Nacional;
- Elaboração do currículo pleno com disciplinas e outras atividades acadêmicas;
- Atribuições específicas.
- Currículos Plenos elaborados para estimular o conhecimento teórico e prático.
- Duração mínima de 2.700 horas-aula.

Após 1992, diversas leis, decretos e resoluções foram editados, alterando o ensino superior e conseqüentemente o ensino da contabilidade, porém em 2004, a Resolução CNE/CES 10/2004 instituiu as diretrizes curriculares para o curso de graduação em ciências contábeis.

Entre diversas inovações desta norma, definiu em seu artigo 2º que “as Instituições de Educação Superior deverão estabelecer a organização curricular para cursos de ciências contábeis por meio de Projeto Pedagógico” (BRASIL, 2004).

De acordo com a Resolução 10/2004 CNE/CES, os projetos pedagógicos poderão admitir linhas de formação específica nas áreas de contabilidade, porém devem seguir os conteúdos estabelecidos na resolução, os quais separados em três tipos:

I - conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

II - conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III - conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade (BRASIL, 2004).

2.3 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA UNESC

O curso de graduação em Ciências Contábeis na Universidade do Extremo Sul Catarinense foi criado em 30 de junho de 1975 e seu surgimento ocorreu principalmente pela carência profissional que havia na região de Criciúma, as empresas buscavam nos estados vizinhos a mão de obra que não encontravam na cidade (UNESC, 2016).

Atualmente o curso oferece 200 vagas anuais. Para concorrer a uma dessas vagas, os estudantes têm a sua disposição várias formas de ingresso, além do tradicional vestibular, podem ainda utilizar o Sistema de Ingresso por Mérito (SIM), Minha Chance, Nossa Bolsa e através do desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entre outras (UNESC, 2016).

Segundo o Projeto Pedagógico deste curso, a Universidade disponibiliza o curso de graduação na modalidade presencial, com uma carga horária de 3.000 horas/relógio, sendo 2.700 horas aula, 180 horas de Atividades de Formação Complementar (AFC) e 120 horas de Atividades Práticas Específicas (APE). A conclusão pode variar entre 09 (nove) e 17 (dezessete) semestres (UNESC, 2016).

Dentre os objetivos da graduação em ciências contábeis da UNESC estabelecidos em seu Projeto Pedagógico, destaca-se a missão de “formar profissionais competentes, com visão empreendedora e globalizada, comprometidos com o desenvolvimento sustentável nos aspectos econômico, social e ambiental” (UNESC, 2016, p. 48).

A sua matriz curricular está em consonância com os conteúdos de Formação Básica, Profissional e Teórico-Prática estabelecidos pela Resolução nº

10/2004 CNE/CES, e está voltada para a construção de conhecimento e o desenvolvimento de habilidades, através de uma metodologia variada e interdisciplinaridade (UNESC, 2016).

Primeiramente o Projeto Pedagógico do curso de Ciências Contábeis da UNESC separou os campos de formação com base na Resolução nº 10/2004 CNE/CES, conforme apresenta o Quadro 1.

Quadro 1 – Conteúdos de Formação do Curso de Ciências Contábeis

CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO		
1 - BÁSICA	2 - PROFISSIONAL	3 - TEÓRICO-PRÁTICA
1.1 Administração	2.1 Teoria da Contabilidade	3.1 Estágio Curricular Supervisionado
1.2 Economia	2.2 Contabilidade Geral	3.2 Atividades Complementares
1.3 Direito	2.3 Contabilidade Pública	3.3 Estudos Independentes
1.4 Métodos Quantitativos	2.4 Análise das Demonstrações Contábeis	3.4 Conteúdos Optativos
1.5 Matemática	2.5 Contabilidade de Custos	3.5 Práticas em Laboratório de Informática
1.6 Estatística	2.6 Contabilidade Tributária	
	2.7 Auditoria	
	2.8 Perícia	
	2.9 Arbitragem	
	2.10 Controladoria	
	2.11 Noções Atuariais	

Fonte: UNESC, (2016, p. 51).

Conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da UNESC, os conteúdos de formação básica têm como objetivos:

Proporcionar aos acadêmicos uma estrutura básica de conhecimentos teóricos integrados com outras áreas do saber, porém indispensáveis na formação de consciência crítica e profissional, bem como para garantir a interdisciplinaridade, entendida não só como a interação teoria e prática ou entre as disciplinas do Curso, mas, também contato com outras áreas de saberes que permitam visão de mundo e, por consequência, entendimento das necessidades sociais para a completa formação acadêmica (UNESC, 2016, p.51).

Ainda de acordo com o projeto pedagógico “os conteúdos que compõem a formação profissional visam proporcionar aos acadêmicos os conhecimentos atinentes aos diversos ramos da Contabilidade, de maneira sistematizada, relacionando-os entre si” (UNESC, 2016, p. 51).

Com relação aos conteúdos de formação teórico-prática, o Projeto Pedagógico determina como objetivo desse tipo de conteúdo:

Formar profissionais para o mercado de trabalho, com intuito de aproximar a realidade da atividade profissional nos espaços de ensino aprendizagem, fazendo com que esta realidade se torne significativa para o acadêmico, fornecendo elementos de maior segurança para o exercício da profissão (UNESC, 2016, p.51).

Atualmente a matriz curricular utilizada no Curso de Ciências Contábeis é a de nº 5, que além de abordar as disciplinas de formação específica regulamentadas na Resolução nº 10/2004 CNE/CES, também oferece Atividades de Formação Complementar (AFC), Atividades Práticas Específicas (APE), Estágio Curricular Obrigatório, além do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e o Processo Interdisciplinar Orientado (PIO) (UNESC, 2016).

Ao longo de todo o curso, que tem duração mínima de 09 (nove) semestres, os acadêmicos passam por um processo de ensino-aprendizagem, desvinculado de pré-requisitos e que contam em sua estrutura 45 (quarenta e cinco) disciplinas/conhecimentos e esses conhecimentos foram divididos em conteúdos de formação básica, profissional e teórico-prática. (UNESC, 2016).

Os quadros 2, 3 e 4 apresentam essa divisão realizada pelo Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis, baseada na Res. CNE/CES 10/2004.

Quadro 2 - Disciplinas por Categoria de Conhecimento

FORMAÇÃO BÁSICA		h/a	TOTAL h/a	%
	CONTEÚDOS/DISCIPLINAS			
1	Metodologia Científica e da Pesquisa	72	576	16
2	Produção e Interpretação de Textos	72		
3	Comportamento Organizacional	72		
4	Matemática Aplicada à Contabilidade	72		
5	Economia	72		
6	Estatística Aplicada à Contabilidade	72		
7	Sociologia	72		
8	Matemática Financeira	72		

Fonte: UNESC, (2016, p. 62).

Quadro 3 - Disciplinas por Categoria de Conhecimento

FORMAÇÃO PROFISSIONAL		h/a	TOTAL h/a	%
CONTEÚDOS/DISCIPLINAS				
1	Contabilidade Introdutória (I e II)	144	2016	57
2	Contabilidade Intermediária (I e II)	144		
3	Contabilidade de Custos	72		
4	Contabilidade e Análise de Custos	72		
5	Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis (I e II)	144		
6	Contabilidade Tributária (I, II e III)	216		
7	Contabilidade Orçamentária e Empresarial	72		
8	Contabilidade Gerencial	72		
9	Contabilidade Avançada (I e II)	144		
10	Contabilidade Pública (I e II)	144		
11	Auditoria Contábil	72		
12	Perícia e Investigação Contábil, e Arbitragem	72		
13	Ética e Legislação Profissional	36		
14	Contabilidade, Legislação Trabalhista e Previdenciária	72		
15	Análise Financeira de Investimentos	72		
16	Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social	72		
17	Contabilidade e Governança Corporativa nas Empresas	72		
18	Contabilidade e Instituições de Direito Público e Privado	72		
19	Contabilidade e Direito Tributário Aplicado	72		
20	Contabilidade e Direito Empresarial	72		
21	Contabilidade e Mercado de Capitais	36		
22	Teoria da Contabilidade	72		

Fonte: UNESC, (2016, p. 62).

Quadro 4 - Disciplinas por Categoria de Conhecimento

FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA		h/a	TOTAL h/a	%
CONTEÚDOS/DISCIPLINAS				
1	Estágios – Práticas Contábeis (I e IV)	144	948	27
2	Estágios – Práticas Contábeis (II e III)	144		
3	Estágio - Elaboração de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	72		
4	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	216		
5	Optativa	72		
6	Atividades de Formação Complementar - AFC	180		
7	Atividades Práticas Específicas - APE	120		

Fonte: UNESC, (2016, p. 62).

Dos quadros apresentados acima o que possui maior relevância para este estudo é o Quadro 3, o qual apresenta os conteúdos de formação profissional que serão objeto de análise da pesquisa.

2.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A função básica do contador é gerenciar e produzir informações para os usuários internos e externos, a fim de que estes possam realizar a tomada de decisões (IUDÍCIBUS; MARION, 2007).

A Resolução CFC nº 560/1983, em seu capítulo 1, regulamentou as atribuições do Contador da seguinte maneira:

Art. 2º O Contabilista¹ pode exercer as suas atividades na condição de profissional liberal ou autônomo, de empregado regido pela CLT, de servidor público, de militar, de sócio de qualquer tipo de sociedade, de diretor ou de conselheiro de quaisquer entidades, ou em qualquer outra situação jurídica pela legislação, exercendo qualquer tipo de função (BRASIL, 1983).

Em relação às oportunidades profissionais, para IUDÍCIBUS e MARION (2007), a contabilidade é uma área com diversas oportunidades de atuação, o bacharel em Ciências Contábeis poderá escolher dentre inúmeras alternativas de profissão. O Quadro 5 apresenta as áreas de atuação do Contador.

Quadro 5 - Áreas de Atuação e Funções Especializadas do Contador

ÁREA DE ATUAÇÃO	PROFISSÃO	PROFISSÃO
EMPRESA	Planejador Tributário	Auditor Interno
	Analista Financeiro	Contador de Custo
	Contador Geral	Contador Gerencial
	Cargos Administrativos	Atuário
INDEPENDENTE	Auditor Independente	Consultor
	Empresário	Investigador de Fraude
	Perito Contábil	
ENSINO	Professor	Parecerista
	Escritor	Conferencista
	Pesquisador	
ÓRGÃO PÚBLICO	Agente Fiscal de Rendas	Oficial Contador
	Contador Público	Diversos Concursos Públicos
	Tribunal de Contas	

Fonte: Iudícibus e Marion (2007)

¹ O termo Contabilista está em desuso, no lugar desse termo leia-se Contador.

Apesar da ampla abrangência de oportunidades para o bacharel em ciências contábeis, elas apenas serão conquistadas se o profissional se capacitar e tiver habilidade de negociação, flexibilidade, capacidade de inovar; e criar, ética, conhecimento de sua área de atuação (DURIGON, 2006).

2.5 CONCURSOS PÚBLICOS

O Concurso Público é a maneira pela qual a Administração Pública proporciona a todos os interessados que atendam os requisitos da lei, uma oportunidade de ingresso no serviço público, é um meio técnico para alcançar o aperfeiçoamento do serviço (MEIRELLES; ALEIXO; BURLE FILHO, 2013).

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (BRASIL, 1988).

Em respeito ao princípio da amplitude de acesso, é vedada discriminações entre brasileiros natos e naturalizados, ou seja, estrangeiros, desde que naturalizados, podem investir em cargos ou empregos públicos, ressalvado os cargos privativos aos brasileiros natos, como os de Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, assim também como os Ministros do Supremo Tribunal Federal (MELLO, 2013).

As regras do concurso público possuem exceções, ou seja, nem todos os cargos da Administração Pública estão obrigados a seguir esse procedimento, dentre as nomeações que prescindem de concurso público estão os cargos em comissão, cargos vitalícios de Ministros dos Tribunais de Contas e de Magistrados dos Tribunais e admissão de pessoal para atender a necessidade transitória de excepcional interesse público (MELLO, 2013).

A diferenciação entre cargo e emprego público dá-se principalmente pelo regime a que estão submetidos.

Os servidores titulares de cargos públicos submetem-se a um regime especificamente concebido para reger essa categoria de agentes. Tal regime é estatutário ou institucional (MELLO, 2013, p. 259).

Sendo assim, aqueles que investem em cargo público são denominados de Servidores Públicos Estatutários, caracterizados por estarem sujeitos a um regime jurídico próprio e diferenciado (JUSTEN FILHO, 2014).

Outra espécie de cargo público são os sujeitos ao regime trabalhista, ou seja, as regras disciplinadoras da relação de trabalho são as estabelecidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é o mesmo regime aplicado à relação trabalhista do campo privado, mas com peculiaridades inerentes ao serviço público, tais cargos são chamados de empregos públicos e seus servidores são chamados de empregados públicos ou servidores trabalhistas ou celetistas (JUSTEN FILHO, 2014).

Em regra, tanto servidores estatutários quanto celetistas, estão sujeitos ao concurso público para ingressar no serviço público, a diferenciação está no regime aplicado após o ingresso na Administração Pública.

2.5.1 Prazo de Validade do Concurso

Todo concurso público realizado no país segue o disciplinado na Constituição Federal, que no seu artigo 37, inciso III, afirma que “o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período”.

Esse prazo é determinado pelo edital do concurso, pode ser qualquer período, desde que não ultrapasse os 02 (dois) anos estabelecidos como prazo máximo pela Carta Magna, contudo se o edital for omissivo quanto a esse aspecto o prazo utilizado deverá ser o máximo (GASPARINI, 2012).

É facultado a Administração Pública prorrogar o certame, porém essa prorrogação deverá constar no edital de abertura e deverá ser por igual período, assim se o órgão público abriu o certame com prazo de 01 (um) ano só poderá prorrogá-lo também por 01 (um) ano e apenas por única vez (GASPARINI, 2012).

2.5.2 Requisitos de Acesso

Os requisitos de acesso cabem ao regulamento do concurso estabelecer, além de serem disciplinados por lei eles devem ser os mesmos para todos os candidatos, respeitando o princípio da isonomia. São divididos em requisitos objetivos, relacionados às funções do cargo e emprego, como provas de conhecimento, provas físicas e exames de títulos, ou requisitos subjetivos, os quais dizem respeito à pessoa do candidato, como boa conduta, escolaridade, prestação de serviço militar (JUSTEN FILHO, 2014).

O regulamento do concurso, o edital, disciplina quais requisitos serão exigidos naquele certame, mas sempre haverá uma lei regulamentando tais exigências. A lei 8.112 de 1990, que dispõe sobre o estatuto do servidor público federal, em seu artigo 5º estabelece um rol de requisitos.

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público: I - a nacionalidade brasileira; II - o gozo dos direitos políticos; III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais; IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; V - a idade mínima de dezoito anos; VI - aptidão física e mental. § 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei (BRASIL, 1990).

Cabe ressaltar que todos esses requisitos, em regra, devem ser comprovados na data da posse, inclusive a comprovação de escolaridade, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça (STJ): “O diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse e não na inscrição para o concurso público” (JUSTEN FILHO, 2014).

2.5.3 Acesso para candidatos com condições especiais

Seguindo o princípio da isonomia material, ou seja, tratar os desiguais na medida das suas desigualdades, os portadores de deficiência receberam tratamento próprio na Constituição Federal, que em seu artigo 37, inciso VIII, dispõe que “a lei reservará percentual de cargos e empregos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão” (BRASIL, 1988).

A lei 8.112/1990 e o Decreto 3.298/99 disciplinam o acesso para os deficientes, este reserva no mínimo cinco por cento das vagas e aquela afirma que

serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso aos portadores de deficiências, tais regras devem ser seguidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios (GASPARINI, 2012).

Na intenção de igualar a diferença entre as etnias e resgatar a dívida histórica da sociedade brasileira com a população negra, o governo federal buscou através de ações afirmativas, como a cota racial em concursos públicos, dar aos negros as mesmas condições (ALEXANDRE, 2015).

Em 2014, com a lei 12.990, ficou reservado aos negros 20% (vinte por cento) das vagas nos concursos para provimento de cargos e empregos efetivos da Administração Pública Federal, com vigência da lei por 10 (dez) anos, ou seja, até o ano de 2024, sendo o critério utilizado pela lei para a determinação a auto declaração do candidato preto ou pardo, porém, qualquer falsidade na sua auto declaração o candidato ficará impossibilitado de tomar posse no cargo (ALEXANDRE, 2015).

2.5.4 Acumulação de Cargos, Empregos e Funções

Conforme Constituição Federal de 1988 (Artigo 37, inciso XVII) “a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público” (BRASIL, 1988).

Dessa forma, é proibida a acumulação de cargos pelo mesmo servidor, tanto na esfera municipal, como na estadual e federal, seja na Administração Direta, seja na Indireta, assim um servidor celetista, funcionário da Caixa Econômica Federal (administração indireta) não pode acumular este cargo com outro na Prefeitura de sua cidade (administração direta).

A mesma Constituição impõe outra regra à proibição à acumulação, mas ao mesmo tempo trata de apresentar as exceções.

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos

privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (BRASIL, 1988).

Sendo assim, um Contador da Administração Pública não pode acumular com o de Auxiliar Legislativo da Câmara Municipal de uma Prefeitura, pois tal situação é proibida pela Carta Magna, porém, este mesmo profissional poderá desde que haja compatibilidade de horários, por exemplo, exercer o cargo de professor em uma Universidade Pública, hipótese excedida pelo dispositivo, no entanto, nada impede que havendo compatibilidade de horários e não acarretando prejuízos às atividades do cargo público acumule cargo na iniciativa pública com emprego na iniciativa privada (JUSTEN FILHO, 2014).

2.5.5 Direitos e Vantagens

Os servidores estatutários, de qualquer esfera da Administração, são regidos por determinada lei, chamada de Estatuto do Servidor, sendo assim, tem-se o Estatuto dos Servidores Federais, Estaduais e Municipais, sendo os dois últimos criados com base na lei 8.112/1990, o Estatuto Federal.

Esses estatutos asseguram várias vantagens para os seus servidores, sendo a maioria delas de natureza pecuniária, e algumas de natureza indenizatória, mas sendo a remuneração pelo trabalho prestado o principal direito do servidor (ALEXANDRE, 2015).

A Constituição Federal estabeleceu um sistema remuneratório para os ocupantes de cargos de toda a Administração Pública de todas as esferas, compreendendo, este sistema, os seguintes tipos de remuneração: subsídios e remuneração, sendo esta dividida em vencimentos e salários (MEIRELLES; ALEIXO; BURLE FILHO, 2013).

A diferenciação entre as espécies remuneratórias é simples, os subsídios são parcelas únicas, sem acréscimos de vantagens pecuniárias, o vencimento é a remuneração básica do servidor não remunerado por subsídio, e o salário que é a remuneração ao servidor celetista (MEIRELLES; ALEIXO; BURLE FILHO, 2013).

O Estatuto dos Servidores Públicos Federais prevê três vantagens pecuniárias a serem recebidas, são as indenizações, as gratificações e os adicionais.

As indenizações buscam apenas o ressarcimento de despesas obrigatórias do servidor no exercício de suas funções e não se incorporam ao vencimento, as gratificações e os adicionais podem ou não incorporar-se ao vencimento, condição que será estabelecida em lei (ALEXANDRE, 2015).

Quadro 6 – Vantagens recebidas por Servidores Públicos.

VANTAGENS PECUNIÁRIAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS	
INDENIZAÇÕES	GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS
Ajuda de Custo	Gratificação Natalina
Diárias	Adicional Noturno
Indenização de Transporte	Adicional de Férias
Auxílio-Moradia	Adicional pela Prestação de Serviço Extraordinário
	Adicional pelo Exercício de Atividades Insalubres, Perigosas ou Penosas
	Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
	Retribuição pelo Exercício de Função de Direção, Chefia ou Assessoramento

Fonte: Adaptado do Estatuto do Servidor Público Federal – Lei 8.112/1990.

O Quadro 6 foi adaptado do Estatuto do Servidor Público Federal, estando dispostos nesta norma outros benefícios, tais como licenças e auxílios.

Como exemplo de licenças pode-se citar a licença por motivo de doença em pessoa da família, para tratar de assuntos particulares, para capacitação dentre outras.

O Estatuto do Servidor Público de Criciúma (Lei Complementar Municipal nº 12 de 20 de dezembro de 1999) não estabelece como indenização o auxílio

moradia, mas contempla como adicionais os auxílios pecuniários, de alimentação, escolar e auxílio creche.

Estes exemplos servem para demonstrar a discricionariedade da administração em estabelecer benefícios para o seu servidor público. Sendo assim pode haver outras vantagens pecuniárias diferente das citadas no quadro, vai depender da vontade do ente federado em estabelecer vantagens.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, descreve-se o enquadramento metodológico que será aplicado ao estudo. Serão abordados os tipos de pesquisa em que será realizado o trabalho, e os procedimentos utilizados para a coleta de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa, pois o estudo é realizado para identificar a aderência da Matriz Curricular do curso de Ciências Contábeis da UNESC com as questões de concursos públicos.

O estudo utiliza a pesquisa qualitativa, pois através da perspectiva integrada de fenômenos pode-se compreender melhor o contexto do qual fazem parte, proporcionando maior detalhamento dos conteúdos pesquisados (GODOY, 1995).

Segundo Minayo (2000, p.21), a pesquisa qualitativa trabalha com “um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Em relação aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, já que descreve características dos concursos com provas realizadas em Santa Catarina entre os anos de 2013 e 2015 e do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Sampieri *et. al;* (2006, p. 101), destacam que no estudo descritivo é realizada a seleção de “uma série de questões e mede-se ou coleta-se informação sobre cada uma delas, para assim descrever o que se pesquisa”.

Em relação ao procedimento, a pesquisa será bibliográfica e documental, pois o estudo se utilizará de diversas obras para embasamento teórico, e utilizará provas e editais de concurso para a devida comparação com o Projeto do Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da UNESC.

Ainda quanto ao procedimento utilizado, a pesquisa documental é realizada a partir de documentos, atuais ou antigos, considerados cientificamente autênticos, que são obtidos através de diversos tipos de fontes tais como: tabelas

estatísticas, notas, diários, projetos de lei, ofícios, editais, documentos informativos arquivados em repartições públicas.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Como instrumentos de análise de dados foram utilizados dados contidos no Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis do ano de 2016, as ementas das disciplinas de formação profissional e planos de ensino das respectivas disciplinas, além de editais e provas de concursos públicos entre os anos de 2013 e 2015, sendo assim, foram escolhidos como amostragem 08 (oito) concursos dentre os realizados durante este período e que tiveram suas provas realizadas no estado de Santa Catarina.

A escolha da amostragem foi baseada em três classificações de concursos, que foram divididos em ano, esfera de realização e quantidade de vagas.

No critério de banca organizadora foram analisados os certames realizados pelas 04 (quatro) maiores bancas do país, a Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE UnB), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Fundação Carlos Chagas (FCC) e a maior banca organizadora do Estado de Santa Catarina, a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (FEPESE).

Quadro 7 - Bancas Organizadoras Definidas para o Estudo

SIGLA	BANCAS ORGANIZADORAS
ESAF	Escola Superior de Administração Fazendária
CESPE	Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília
FCC	Fundação Carlos Chagas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FEPESE	Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

No critério das esferas de realização foram separados em Federais, Estaduais e Municipais, sendo que cada esfera foi contemplada com um edital em cada ano, e dentro desse ano, foi escolhido o que apresentou maior quantidade de vagas dentro da esfera de realização, ou seja, nos concursos federais foi analisado o edital com o maior número de vagas em 2013, 2014 e 2015, o mesmo sendo feito

para as esferas Estaduais, sendo a esfera Municipal contemplada com apenas 02 (dois) certames, visto que, no ano de 2013 não foram encontrados editais municipais, totalizando assim 08 (oito) concursos.

Com os critérios foram escolhidos na esfera federal os concursos dos seguintes órgãos: Ministério Público da União - MPU (2013), Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2014) e Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC (2015); na esfera estadual: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAUSC (2013), Ministério Público junto ao Tribunal de Contas - MPTC (2014) e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC (2015); e na esfera municipal os seguintes: Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF (2014) e Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú – PMBC (2015);

Na iniciativa pública existem diversos tipos de cargos com exigência da mesma formação, assim, pode-se encontrar para o bacharel em ciências contábeis cargos como: Contador, Auditor Fiscal, Analista Financeiro e os conteúdos exigidos variam conforme o cargo exigido e a esfera de realização do certame. Cada órgão tem autonomia para denominar seus cargos, o Quadro 8 apresenta os cargos que tiveram seus conteúdos analisados.

Quadro 8 - Editais Utilizados como Amostragem

N	ANO	ÓRGÃO	CARGO
01	2013	MPU	ANALISTA DO MPU
02	2013	CAUSC	ANALISTA ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
03	2014	MTE	CONTADOR
04	2014	MPTC	ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS
05	2014	FLORIANÓPOLIS	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS
06	2015	ANAC	ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL
07	2015	TCE/SC	AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO
08	2015	BALN. CAMBORIÚ	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

A amostragem escolhida exemplifica, analisa e demonstra qual a relação desses conteúdos, porém pode-se ampliar esse estudo na medida em que o profissional mostre interesses por algum cargo ou esfera de realização específica.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo se dedica à apresentação dos resultados da pesquisa, a qual está dividida da seguinte maneira: objeto de estudo; análise dos editais dos concursos; ementas das disciplinas do curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense em relação aos conteúdos exigidos em concursos públicos.

4.1 OBJETO DE ESTUDO

Este estudo pesquisou os editais abertos na área de contabilidade entre os anos de 2013 a 2015, limitando-se aos com exigência de nível superior em contabilidade e com provas realizadas em Santa Catarina. Foram encontrados 27 (vinte e sete) editais com vagas para 39 (trinta e nove) cargos nesse período, totalizando 133 (cento e trinta e três) vagas, sendo que alguns exigiam além da graduação em ciências contábeis o registro no CRC.

Quadro 9 – Concursos com provas realizadas em Santa Catarina.

N	ANO	ÓRGÃO	VAGAS	BANCA	R\$
01	2013	FUNASA	01	CESPE	6.130,00
02	2013	MPU	13	CESPE	7.506,00
03	2013	SERPRO	CR	CESPE	5.204,00
04	2013	SERPRO	CR	CESPE	5.204,00
05	2013	EPAGRI	01	FEPESSE	3.415,00
06	2013	EMASA	01	FEPESSE	3.413,00
07	2013	CAUSC	04	FEPESSE	3.376,00
08	2014	TRF4	CR	FCC	5.365,00
09	2014	ANTAQ	02	CESPE	10.543,00
10	2014	MTE	33	CESPE	3.981,00
11	2014	MPTC	02	FEPESSE	11.000,00
12	2014	SCPAR	01	FEPESSE	5.000,00
13	2014	MPSC	01	FEPESSE	6.100,00
14	2014	BRUSQUE	04	FEPESSE	2.980,00
15	2014	BRUSQUE	02	FEPESSE	2.980,00
16	2014	VIDEIRA	02	FEPESSE	3.160,00
17	2014	VIDEIRA	02	FEPESSE	3.790,00
18	2014	VIDEIRA	CR	FEPESSE	4.870,00

Continua

19	2014	FLORIANÓPOLIS	10	FEPese	10.000,00
20	2014	SÃO JOSÉ	05	FEPese	5.150,00
21	2014	SÃO JOSÉ	01	FEPese	1.630,00
22	2014	SÃO JOSÉ	03	FEPese	2.270,00
23	2015	MPU	01	CESPE	8.180,00
24	2015	DPU	02	CESPE	5.266,00
25	2015	TCE	12	CESPE	10.300,00
26	2015	IBGE	01	FGV	7.000,00
27	2015	ANAC	04	ESAF	11.975,00
28	2015	CÂMARA SÃO JOSÉ	01	FEPese	4.500,00
29	2015	CÂMARA BALN. CAMBORIÚ	01	FEPese	4.300,00
30	2015	CÂMARA BALN. CAMBORIÚ	01	FEPese	4.300,00
31	2015	BALNEARIO CAMBORIÚ	02	FEPese	2.180,00
32	2015	BALNEARIO CAMBORIÚ	04	FEPese	4.300,00
33	2015	BALNEARIO CAMBORIÚ	02	FEPese	3.570,00
34	2015	BALNEARIO CAMBORIÚ	07	FEPese	2.385,00
35	2015	BALNEARIO CAMBORIÚ	04	FEPese	4.300,00
36	2015	PALHOÇA	01	FEPese	1.850,00
37	2015	CÂMARA IÇARA	01	FEPese	4.100,00
38	2015	BOMBINHAS	CR	FEPese	4.500,00
39	2015	CÂMARA PALHOÇA	01	FEPese	2.450,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Em relação à análise curricular do curso de Ciências contábeis da UNESC, a pesquisa limitou-se as disciplinas com conteúdos de formação profissional, conforme quadro 3 apresentado anteriormente.

4.2 EDITAIS DE CONCURSO

Para a realização de concurso público é necessário abertura de edital, o qual contempla todas as informações necessárias para a participação no certame, dentre as informações temos período de inscrições, cargos com inscrições abertas, remuneração, quantidade de vagas e os conteúdos exigidos para cada cargo,

Há uma semelhança de conhecimentos exigidos conforme o cargo, para o bacharel em Ciências Contábeis há basicamente o cargo de Contador e outros correlatos, que costumam cobrar disciplinas como contabilidade geral e pública e o de Auditor, o qual exige conhecimentos de disciplinas como contabilidade geral, auditoria e direito tributário.

Sendo assim, são frequentes assuntos idênticos em diversos certames o que torna necessária a identificação dos assuntos mais exigidos dentre os editais escolhidos como amostragem. Dessa maneira, a Tabela 3 demonstra, após análise dos editais, os conteúdos que possuem maior relevância em concursos públicos.

Tabela 3 - Conteúdos Específicos Exigidos nos Editais Analisados

CONTEÚDOS EXIGIDOS NOS EDITAIS	QTD. DE CONCURSOS
Demonstração do Resultado do Exercício	07
Direito Administrativo: Princípios da Administração Pública	07
Análise Econômica e Patrimonial Através de Índices	06
Análise Vertical e Horizontal	06
Balanco Patrimonial	06
Contas: Conceitos, Classificação, Função e Funcionamento das contas.	06
Fatos Contábeis	05
Grupos do Ativo	05
Grupos do Passivo	05
NBC T SP 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação	05
Patrimônio. Estática Patrimonial	05
Licitações Públicas	05
Princípios Contábeis Fundamentais	05
Contas Patrimoniais e de Resultado	05
Direito Constitucional: Princípios Constitucionais	05
Análise Econômica e Financeira	04
Balancete de verificação.	04
Demonstração de Fluxo de Caixa	04
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	04
Despesa Pública	04
Escrituração	04
Estoques	04
Lei de Responsabilidade Fiscal	04
Leis Orçamentárias: PPA, LDO e LOA	04
Livros de Escrituração	04
Plano de Contas	04
Receita Pública	04
Suprimento de Fundos	04
Balanco Orçamentário, Financeiro e Patrimonial	03
Classificação das Contas	03
Combinação de Negócios: Concentração, Combinação e Extinção de Sociedades	03
Consolidação das Demonstrações Contábeis	03

Continua

Demonstração das Variações Patrimoniais	03
Demonstração do Valor Adicionado	03
Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados	03
NBC T SP 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos das Entidades do Setor Público	03
NBC T SP 16.4 - Transações no Setor Público	03
Normas de Auditoria	03
Orçamento e Execução Orçamentária	03
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público	03
Procedimentos de Auditoria	03
Relatórios de Auditoria	03
Restos a Pagar	03
Sistema de Partidas Dobradas.	03
Sistemas de Custos	03
Auditoria Interna e Auditoria Externa	02
Auditoria: Conceitos e Objetivos	02
Documentação da Auditoria	02
Escrituração Contábil das Operações Típicas do Setor Público	02
Método de Custeio por Absorção	02
Método de Custeio por Atividades (ABC)	02
Métodos de Custeio Variável	02
NBC T SP - Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	02
Regime de Competência	02
Relação Custo/Volume/Lucro	02
Tributos Recuperáveis	02
Contabilidade: Conceituação e Objetivos	02
Provisões em Geral	02
EVA – Economic Value Added	02
Introdução ao Direito: Conceito e Fontes do Direito	02
Auditoria: Amostragem Estatística	01
Custos: Classificação e Nomenclatura	01
COFINS	01
Custo: Conceitos	01
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	01
Demonstrativo do Fluxo de Caixa no Setor Público	01
ISS	01
Notas Explicativas	01
PIS	01
Reconhecimento e Mensuração de Ativos e Passivos	01
Código Tributário Nacional	01
Noções Básicas sobre Tributos	01

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Após uma avaliação dos editais escolhidos para amostragem, foram identificados conteúdos de diversas disciplinas que estão na matriz curricular do curso de ciências contábeis da UNESC, com alguns conteúdos sendo encontrados em mais de uma ementa, por outro lado, outras disciplinas não possuem relação com o estudo para concurso público, assim, não serão analisadas todas as disciplinas, contudo será feita uma análise daquelas em que os conteúdos foram encontrados na pesquisa.

4.3 EMENTAS DAS DISCIPLINAS

No curso de Ciências Contábeis da UNESC, os conteúdos de formação profissional totalizam 29 (vinte e nove) disciplinas, estas abordam conhecimentos que possibilitam ao profissional formado pela UNESC a atuar em diversas áreas, inclusive em órgãos públicos, no entanto, os conteúdos cobrados em concursos públicos concentram-se em determinados assuntos, sendo assim algumas disciplinas apresentaram diversos conteúdos correlatos com os certames, outras apresentam apenas alguns assuntos e um grupo de disciplinas sequer possui assuntos em tais certames.

As disciplinas que não possuem conteúdos relacionados com os conteúdos nos editais analisados são apresentadas no Quadro 10.

Quadro 10 - Disciplinas de Formação Profissional Não Analisadas

N	DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NÃO ANALISADAS	FASE
1	Análise Financeira De Investimentos	3 ^a
2	Contabilidade Avançada I	5 ^a
3	Contabilidade e Direito Empresarial	3 ^a
4	Contabilidade e Governança Corporativa Nas Empresas	6 ^a
5	Contabilidade e Mercado De Capitais	4 ^a
6	Contabilidade Orçamentária e Empresarial	7 ^a
7	Contabilidade Tributária II	6 ^a
8	Contabilidade Tributária III	7 ^a
9	Contabilidade, Legislação Trabalhista e Previdenciária	3 ^a
10	Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social	4 ^a
11	Ética e Legislação Profissional	4 ^a
12	Perícia e Investigação Contábil e Arbitragem	8 ^a

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

As disciplinas apresentadas no Quadro 10 não tiveram os conteúdos dispostos em suas ementas identificados com aqueles contidos nos editais analisados e por esse motivo não foram objetos do estudo. No entanto, esse fato não evita que em alguns certames possam vir a serem exigidos tais conteúdos, visto que cada edital abrange cargos, órgãos e conteúdos específicos diferentes, sendo impossível afirmar que não serão aplicados tais conhecimentos.

No entanto, diversas disciplinas da matriz curricular do curso de ciências contábeis da UNESC têm seus conteúdos exigidos em certames públicos e são essas que passam a ser analisadas a seguir.

4.3.1 Contabilidade Introdutória I

Disciplina ministrada na 1ª fase do curso, com carga horária de 72 horas, abrange conceitos gerais da contabilidade e sua ementa está dividida da seguinte maneira:

Introdução à contabilidade. Noções preliminares. Patrimônio. Estática patrimonial. Procedimentos contábeis básicos: Método das partidas dobradas, mecanismo do Débito e do Crédito, Contas, Razão, Diário. Fatos contábeis. Escrituração. Variações do patrimônio líquido, receitas, despesas e resultado. Estudo de operações típicas de empresas. Regime de Competência. Contas retificadoras. Balancete. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares (UNESC, 2016).

Examinando o disposto na ementa da disciplina, os conteúdos referentes ao patrimônio, fatos contábeis, funcionamento e estrutura das contas, escrituração, regimes contábeis e balancete, a Tabela 4 traz o conteúdos que são relevantes para a avaliação dessa disciplina, pois são assuntos recorrentemente cobrados em provas de concurso público.

Tabela 4 - Conteúdos relacionados à Contabilidade Introdutória I

CONTEÚDO EXIGIDO NO EDITAL	QTD. DE CONCURSOS
Contas. Conceitos, Classificação, Função e Funcionamento das contas.	06
Patrimônio. Estática Patrimonial	05
Fatos Contábeis	05

Continua

Balancete de verificação.	04
Escrituração contábil: lançamentos contábeis, livros de escrituração.	04
Sistema de Partidas Dobradas.	03

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Ao comparar a ementa da disciplina com os conteúdos programáticos dos editais constantes na Tabela 4, constatou-se que os assuntos ministrados na disciplina Contabilidade Introdutória I são exigidos com frequência em tais certames, independente do cargo e da esfera de realização, sendo assim, esta disciplina proporciona o conteúdo adequado dos assuntos teóricos relacionados aos concursos públicos, visto que, diretamente, a base dessa disciplina, composta dos assuntos relacionados acima, é exigida frequentemente nas provas.

4.3.2 Contabilidade Introdutória II

Esta disciplina possui conteúdo sequencial à disciplina de Contabilidade Introdutória I, é ministrada na 2ª fase do curso, possui carga horária de 72 horas, e complementa conceitos gerais da contabilidade e sua ementa está dividida assim:

Noções de plano de contas. Escrituração. Estudo de operações típicas de empresas. Adiantamentos e compensações. Regime de competência. Noções de depreciação. Inventário e seus sistemas. Contas retificadoras. Técnica de encerramento de Balanço. Tratamento contábil do lucro ou prejuízo. Demonstrações contábeis: Balancete. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares.

O disposto na ementa da disciplina possui correspondência com os conteúdos da disciplina de Contabilidade Introdutória, porém apenas alguns são semelhantes, possuindo como base os conteúdos referentes ao plano de contas, escrituração, regime de competência, inventário e seus sistemas, Balancete, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, na Tabela 5 estão os conteúdos que são relevantes para a avaliação dessa disciplina, pois são assuntos recorrentemente cobrados em provas de concurso público.

Tabela 5 - Conteúdos relacionados à Contabilidade Introdutória II

CONTEÚDO EXIGIDO NO EDITAL	QTD. DE CONCURSOS
Demonstração do Resultado	07
Balanço Patrimonial	06
Plano de Contas	04
Escrituração	04
Balancete de Verificação	03
Regime de Competência	02

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Conforme a Tabela 5 e a ementa da disciplina pode-se afirmar que os conteúdos desta disciplina são fundamentais para aqueles que se prepararam para concursos públicos, as demonstrações contábeis apresentadas na disciplina, BP e DR são exigidas em quase todas as provas, assim como os conhecimentos sobre plano de contas e escrituração que estão na metade dos editais analisados.

Independente do cargo desejado, o candidato a qualquer vaga para bacharel em Ciências Contábeis deve possuir amplo conhecimento dos conteúdos apresentados na Tabela 5, visto o grau de incidência de tais assuntos.

4.3.3 Contabilidade Intermediária I

Esta disciplina aparece na 3ª fase do curso, com carga horária de 72 horas e segue o padrão das disciplinas de contabilidade das fases anteriores, ou seja, possui conceitos relativos às disciplinas anteriores e orienta o acadêmico para novos conhecimentos, é possível verificar isto analisando sua ementa.

Plano de contas. Classificação das contas. Demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício. Livros de escrituração contábil. Estoque: critérios de avaliação, aspectos fiscais, inventários e controles. Operações com mercadorias. Operações financeiras. Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Investimentos Temporários. Outras operações típicas de empresas. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares. Atividades Práticas Específicas. (UNESC, 2016)

Ao analisar a ementa pode-se verificar que os conteúdos que formam a base da disciplina e se tornam relevantes para a análise do estudo são: plano de

contas, classificação das contas, balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, livros de escrituração e estoques.

Tabela 6 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade Intermediária I

CONTEÚDO EXIGIDO NO EDITAL	QTD. DE CONCURSOS
Demonstração do Resultado	07
Balanço Patrimonial	06
Estoques	04
Livros de Escrituração	04
Plano de Contas	04
Classificação das Contas	03

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Seguindo o mesmo padrão de suas antecessoras, a terceira disciplina voltada para conhecimento contábil do curso apresenta grande relação com os conteúdos dos editais analisados, novamente é abordado conhecimento sobre Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, conteúdos mais cobrados em tais provas, no entanto, pode-se perceber que surgem conteúdos novos que são exigidos com frequência, como estoques, plano de contas e livros de escrituração, os quais estiveram nos conteúdos programáticos de metade dos editais.

Sendo assim, depois de realizado o estudo comparativo desses conteúdos, pode-se afirmar que o conteúdo da ementa da disciplina de Contabilidade Intermediária I possui aderência com o conhecimento exigido em concursos públicos, então, é de fundamental importância o domínio desse conteúdo para os interessados em realizar tais provas.

4.3.4 Contabilidade Intermediária II

Disciplina da 4ª fase do curso, com carga horária de 72 horas abrange conceitos intermediários, responsável por uma transição entre os conceitos gerais e avançados da contabilidade para que o acadêmico possa aprimorar seus conhecimentos na área das Ciências Contábeis, sendo assim, sua ementa foi dividida da seguinte forma:

Despesas Antecipadas. Ativo Não Circulante: Realizável a Longo Prazo; Imobilizado: classificação e conteúdo; critérios de avaliação; depreciação, exaustão e baixa. Ativo Intangível: classificação e conteúdo; critério de avaliação; amortização. Aquisição de Bens por intermédio de Consórcio. Arrendamento Mercantil. Passivo Não Circulante. Ajuste a valor presente. Outras Obrigações. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares (UNESC, 2016).

Os conteúdos relevantes da ementa abrangem conhecimentos sobre os grupos do Ativo e do Passivo, além de arrendamento mercantil, despesas antecipadas e ajuste a valor presente.

Tabela 7 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade Intermediária II

CONTEÚDO EXIGIDO NO EDITAL	QTD. DE CONCURSOS
Grupos do Ativo	05
Grupos do Passivo	05
Arrendamento Mercantil	00
Despesas Antecipadas	00
Ajuste a Valor Presente	00

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Diferente das disciplinas que envolvem a contabilidade em si, esta disciplina abrange, principalmente, conceitos dos grupos do Ativo e do Passivo combinado com conceitos mais avançados de contabilidade.

Na análise feita dos editais, expressamente, não foram encontrados conteúdos relacionados aos conteúdos de arrendamento mercantil, despesas antecipadas e ajuste a valor presente, conforme demonstrado na Tabela 7.

Comparando a ementa da disciplina com os editais, é evidente a exigência dos assuntos que envolvem o Ativo e seus grupos como Circulante, Intangível e Imobilizado e Investimentos, assim como os que envolvem o Passivo e seus grupos Circulante e Não Circulante. Desse modo, foram encontrados tais conteúdos em mais de 50% (cinquenta por cento) dos documentos analisados, o que torna a ementa dessa disciplina relevante para a realização de concursos públicos.

4.3.5 Contabilidade de Custos

Área importante das ciências contábeis, a contabilidade de custos está contemplada em duas fases do curso, esta, na 4ª fase do curso, com carga horária de 72 horas abrange conceitos básicos de custos e possui a seguinte ementa:

Introdução à contabilidade de custos. A relação entre a contabilidade de custos, a financeira e a gerencial. Princípios contábeis aplicados a custos. Classificação e nomenclatura em custos. Esquema básico de contabilidade de custos e departamentalização. Custo da Mão-de-obra com seus reflexos tributários e sociais. Sistemas de acumulação de custos. Métodos de custeio por absorção. Escrituração da contabilidade de custos. Implantação de sistemas de custos. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares (UNESC, 2016).

Os conteúdos da ementa que são relevantes para o estudo são a introdução à contabilidade de custos, classificação e nomenclatura em custos, sistemas de custos, métodos custeio por absorção, visto que o restante da ementa não apresenta incidência em provas de concursos públicos.

Tabela 8 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade de Custos

CONTEÚDO EXIGIDO NO EDITAL	QTD. DE CONCURSOS
Sistemas de Custos	03
Método de Custeio por Absorção	02
Conceitos de Custo	01
Classificação e Nomenclatura de Custos	01

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Conforme Tabela 8, os conteúdos desta disciplina não são requisitados com frequência em certames públicos, apesar de ser um ramo importante da contabilidade, a cobrança desse conhecimento para cargos públicos é específica, ocorrendo em apenas alguns órgãos.

Na comparação entre a ementa e os editais apenas os conteúdos dispostos na Tabela 8 foram exigidos nos editais analisados, sendo o método de custeio por absorção e o sistemas de custos os mais exigidos dentre eles. Portanto, mesmo estando voltada para a iniciativa privada, esta disciplina, em sua ementa, abrange diversos conhecimentos, preparando também o bacharel em ciências contábeis da UNESC para o setor público.

4.3.6 Contabilidade e Análise de Custos

Ministrada na 5ª fase do curso, com carga horária de 72 horas, esta disciplina da continuidade à disciplina de contabilidade de custos e complementa os conteúdos iniciais abordados naquela disciplina, assim, sua ementa foi dividida da seguinte forma:

Métodos de custeio variável, Activity Based Costing - ABC (Custeio por Atividades) e Unidade de Esforço de Produção. Custeio padrão. Formação de preço de venda. Margem de contribuição. Relação custo/volume/lucro. Terceirizar ou produzir. Contabilidade divisional. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares. Atividades Práticas Específicas (UNESC, 2016).

Os conteúdos que abordam o método de custeio variável e por atividades (ABC) que estão dispostos na ementa e o método de custeio por absorção que está no plano de ensino da disciplina são relevantes para o estudo além da relação custo/volume/lucro, sendo que os demais conteúdos da disciplina não foram exigidos nos editais pesquisados.

Tabela 9 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade e Análise de Custos

CONTEÚDO EXIGIDO NO EDITAL	QTD. DE CONCURSOS
Método de Custeio por Absorção	02
Método de Custeio por Atividades (ABC)	02
Métodos de Custeio Variável	02
Relação Custo/Volume/Lucro	02

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Complementação da disciplina de Contabilidade de Custos, esta disciplina é semelhante àquela, com conteúdo pouco cobrado em concursos públicos.

Analisando a aderência entre a ementa e os editais, foram encontrados alguns conteúdos, que mesmo com pouca incidência ainda aparecem em concursos públicos, devido sua grande importância, esses conteúdos abrangem principalmente os métodos de custeio e a relação custo/volume/lucro, que abrange conceitos como ponto de equilíbrio, margem de segurança e de contribuição, tendo uma frequência de exigência de 25% (vinte e cinco por cento) dos editais analisados.

4.3.7 Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis I

Para alcançar seus objetivos a contabilidade possui algumas técnicas e dentre elas está das Demonstrações Contábeis, a qual está voltada para elaboração de documentos com informações para os usuários, no curso de ciências contábeis da UNESC essa técnica possui 02 (duas) disciplinas. A primeira disciplina que aborda esta técnica é ministrada na 5ª fase, com carga horária de 72 horas e tem como ementa o seguinte:

Demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial - BP, Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados - DLPA e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL. Análise patrimonial e econômica através de índices: liquidez, endividamento e rentabilidade e outros. Análise vertical e horizontal. Análise da gestão do lucro. Diagnóstico e soluções empresariais. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares (UNESC, 2016).

Na Tabela 10 estão os conteúdos relevantes desta ementa para o estudo em questão, são algumas das demonstrações contábeis encontradas na contabilidade, tais como: BP, DRE, DLPA, DMPL, além das análises através de índices e análises vertical e horizontal. Conforme tabela a seguir

Tabela 10 - Conteúdos Relacionados à Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis I

CONTEÚDO EXIGIDO NO EDITAL	QTD. DE CONCURSOS
Demonstração do Resultado	07
Balanço Patrimonial	06
Análise Econômica e Patrimonial Através de Índices	06
Análise Vertical e Horizontal	06
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	04
Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA)	03

Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

As demonstrações contábeis são conteúdos de extrema importância no conhecimento contábil, visto que a grande maioria dos editais de concursos exige do candidato tal conhecimento. As principais demonstrações, conforme a Tabela 10 são o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, tendo também como conteúdo de grande exigência as Análises por Indicadores e Vertical e Horizontal de

tais demonstrações, a DMPL e a DLPA não possuem a mesma exigência do BP e da DRE, mas são exigidas em uma boa quantidade de editais.

É evidente ao fazer a comparação entre o conteúdo da disciplina com o conhecimento exigido nos editais que a ementa desta disciplina proporciona um conteúdo adequado para a realização das provas de concursos públicos, tendo em vista a grande incidência desses assuntos em tais certames.

4.3.8 Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis II

Na 6ª fase do curso esta disciplina, possui carga horária de 72 horas e visa complementar os conteúdos da disciplina Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis I com a seguinte ementa:

Demonstrações Contábeis. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. DOAR. Demonstração do Fluxo de Caixa. DFC, Demonstração do Valor Adicionado. DVA, dentre outras. Notas explicativas. Análise econômica e financeira. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares (UNESC, 2016).

Visando complementar os conteúdos das demonstrações contábeis, esta ementa contribui para o estudo com os seguintes conteúdos: DOAR, DFC, DVA, Notas Explicativas e análise econômica e financeira de tais relatórios.

Tabela 11 - Conteúdos Relacionados à Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis II

CONTEÚDO EXIGIDO NO EDITAL	QTD. DE CONCURSOS
Demonstração de Fluxo de Caixa	04
Análise Econômica e Financeira	04
Demonstração do Valor Adicionado	03
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	01
Notas Explicativas	01
Demonstração de Resultado Abrangente (DRA)	01

Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

As demonstrações apresentadas nessa disciplina não são tão relevantes quando comparadas às da disciplina anterior, tendo maior ocorrência em provas a Demonstração de Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, assim

como a Análise Econômica e Financeira. Cabe ressaltar que em 2007, a lei 11.638 incluiu na redação da Lei 6.404/1976 as Demonstrações de Fluxo de Caixa e Valor Adicionado, deixando de ser obrigatória a elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, assim fica evidente o motivo de tal demonstração não ser frequentemente exigida em tal tipo de prova, visto que o período do estudo ocorre 05 (cinco) anos após tal exclusão.

Na prova do MTE, em 2014, entre os conteúdos exigidos estava a Demonstração de Resultado Abrangente (DRA), dentre os editais analisados apenas neste foi encontrada a exigência de tal demonstração, sendo também objeto de prova no ENADE 2015, porém em toda a matriz curricular do curso este documento não é contemplado na ementa, sendo assim, dentre todas as demonstrações contábeis encontradas somente a DRA não é ministrada no curso de ciências contábeis da UNESC.

Por fim, é possível afirmar que, salvo exceção da DRA explicitada no parágrafo acima, o conteúdo da disciplina não é encontrado frequentemente nos editais, mas ainda assim apresenta relação com os conhecimentos exigidos em concursos públicos, pois toda a ementa foi exigida em pelo menos 01 (um) concurso.

4.3.9 Contabilidade Tributária I

Um ramo de extrema importância da contabilidade, a contabilidade tributária possui 03 (três) disciplinas voltadas para o aprendizado da contabilização de tributos, da 5ª à 7ª fase o acadêmico encontra diferentes assuntos durante a fase, formando um conhecimento completo acerca de tal ramo. Na 5ª fase, em que encontramos a Contabilidade Tributária I, são abordados conceitos sobre a maioria dos tributos e suas obrigações acessórias, conforme disposto em sua ementa.

Tributos Federais (II, IE, PIS, COFINS e IPI). Tributos Estaduais (ICMS, IPVA e ITCMD). Tributos Municipais (IPTU, ISS, ITBI e Taxas). Obrigações Acessórias (Dacon, Dime e Giss). Tópicos especiais e/ou interdisciplinares. Atividades Práticas Específicas (UNESC, 2016).

A ementa abrange quase que completamente todos os impostos, porém tais conteúdos são encontrados frequentemente em provas para Auditor Fiscal seja municipal, estadual ou federal, sendo assim foram encontradas poucas provas que

exigiam tais conteúdos sendo os relevantes para o estudo apenas o PIS, COFINS e o ISS, além do IPI e do ICMS, os quais se encaixam na categoria de Tributos Recuperáveis.

Tabela 12 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade Tributária I

CONTEÚDO EXIGIDO NO EDITAL	QTD. DE CONCURSOS
Tributos Recuperáveis	02
PIS	01
COFINS	01
ISS	01

Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

Apesar de os conteúdos não serem muitos cobrados em provas, a ementa abrange um número vasto de conteúdo e está em conformidade com o conteúdo exigido em concursos, cabe ressaltar ainda que, quando o conteúdo tributário é cobrado costuma aparecer na parte específica do edital, ou seja, quando a prova for a nível municipal o comum é a exigência de legislações tributárias de tais impostos específicas do município, aplicando o mesmo raciocínio para as demais esferas

4.3.10 Contabilidade Avançada II

Finalizando uma sequência de disciplinas correlatas, esta disciplina ministrada na 6ª fase do curso e com carga horária de 72 horas é o fechamento do conteúdo iniciado na 1ª fase com a disciplina de Contabilidade Introdutória, que abrangia conceitos básicos, já esta disciplina aborda assuntos avançados e que complementam toda a estrutura do conhecimento contábil, assim sua ementa está definida da seguinte maneira:

Consolidação das demonstrações contábeis. Concentração, Combinação e Extinção de sociedades. Sucessão empresarial. Conversão em moedas estrangeiras. Normas contábeis internacionais. Atuação dos organismos internacionais de contabilidade. Instituições normatizadoras internacionais. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares (UNESC, 2016).

Os conteúdos dessa disciplina já apresentam uma especificidade maior em relação às disciplinas de contabilidade das fases anteriores, sendo assim sua exigência em concursos torna-se um pouco menos frequente. Analisando a ementa da disciplina, os conteúdos relevantes para a pesquisa se limitam a consolidação

das demonstrações contábeis; concentração, combinação e extinção de sociedades e normas contábeis internacionais.

Tabela 13 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade Avançada II

CONTEÚDO EXIGIDO NO EDITAL	QTD. DE CONCURSOS
Consolidação das Demonstrações Contábeis	03
Concentração, Combinação e Extinção de Sociedades	03
Normas Contábeis Internacionais	00

Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

Apesar da especificidade do assunto, quando realizada a relação entre editais e ementa disciplina, verificou-se que o conteúdo referente às Normas Contábeis Internacionais não teve incidência nos concursos analisados, podendo ser exigido quando a atribuição do cargo requerer tal conhecimento.

Em relação aos outros conteúdos apresentados na Tabela 13, pode-se afirmar que possuem um nível médio de incidência em concursos, pois tais conteúdos foram exigidos em 03 (três) editais, correspondendo a quase 40% (quarenta por cento) do total analisado. Cabe ressaltar ainda que, esses conteúdos foram encontrados nos três certames nacionais analisados, ou seja, ANAC, MTE, e MPU, dessa maneira, o candidato que se prepara para concursos a nível nacional deve ter o conhecimento aprofundado de tais conteúdos.

4.3.11 Contabilidade Pública I

Ramo diferenciado da contabilidade, a contabilidade pública está voltada para o controle e gestão de recursos públicos, possuindo normas e procedimentos específicos para sua escrituração. No curso de ciências contábeis da UNESC, esse ramo possui 02 (duas) disciplinas específicas, sendo uma delas a Contabilidade Pública I ministrada na 8ª fase do curso, com carga horária de 72 horas e uma ementa dividida assim:

Entidades Públicas: conceitos, classificação dos serviços públicos e administração direta e indireta. Estrutura de Planejamento: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual. Orçamento. Orçamento-Programa. Receitas públicas. Despesas públicas. Restos a pagar. Dívida pública. Licitações públicas. Plano de contas e lançamentos contábeis. Balanços públicos: estrutura, conteúdo, análise e interpretação.

Para a realização da pesquisa, nesta disciplina foi necessária à avaliação conjunta entre a ementa, o plano de ensino e editais. Assim foi possível a identificação dos conteúdos relevantes da ementa que apesar de ser extensa foi reduzida aos conteúdos ministrados pelo docente neste semestre. Dessa forma os conteúdos relevantes para o estudo foram os dispostos na Tabela 14.

Tabela 14 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade Pública I

CONTEÚDO EXIGIDO NO EDITAL	QTD. DE CONCURSOS
Licitações Públicas	05
Leis Orçamentárias: PPA, LDO, LOA	04
Despesa Pública	04
Receita Pública	04
Lei de Responsabilidade Fiscal	04
Orçamento e Execução Orçamentária	03
Restos a Pagar	03

Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

Ao avaliar a aderência dos conteúdos desta tabela, identificou-se uma grande semelhança entre os conteúdos da ementa e os exigidos em concursos públicos.

Ao analisar a incidência desses conhecimentos, verificou-se que quase todos os conteúdos abordados nesta disciplina foram exigidos em 50% (cinquenta por cento) dos editais, sendo os conhecimentos sobre Restos a Pagar e Orçamento e Execução Orçamentária, os quais apresentaram menor incidência, cada conteúdo encontrado em 03 (três) editais.

Cabe ressaltar que esses conteúdos com menor incidência, apesar de menor incidência em relação aos conteúdos desta disciplina, ainda possuem um grau de exigência médio quando comparado aos editais analisados, visto que foram encontrados em 03 (três) dos 08 (oito) editais estudados.

4.3.12 Contabilidade Pública II

Na 9ª fase do curso, com carga horária de 72 horas, esta disciplina complementa os conteúdos abordados na 8ª fase, voltada mais para a escrituração das operações em órgãos públicos a disciplina de Contabilidade Pública tem sua ementa dividida da seguinte maneira:

Organização Político-administrativa brasileira. Estrutura de Planejamento: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Orçamento. Receitas públicas. Despesas públicas. Restos a Pagar. Dívida pública. Licitações públicas. Plano de contas e lançamentos contábeis. Balanços públicos: estrutura, conteúdo, análise e interpretação. Responsabilidade Fiscal e suas responsabilidades. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares (UNESC, 2016).

Nesta disciplina não são abordados todos os conteúdos dispostos na ementa, o que torna necessária uma análise complementar do plano de ensino, para que assim a avaliação fique correta. Ao analisar os documentos pode-se afirmar que os conteúdos relevantes para a pesquisa são estes dispostos na tabela 15:

Tabela 15 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade Pública II

CONTEÚDO EXIGIDO NO EDITAL	QTD. DE CONCURSOS
NBC T SP 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação	05
NBC T SP 16.4 - Transações no Setor Público	03
NBC T SP 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	03
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público	03
Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial	03
Demonstração das Variações Patrimoniais	03
NBC T SP - Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	02
Escrituração Contábil das Operações Típicas	02
Demonstrativo do Fluxo de Caixa	01

Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

Esta ementa possui grande exigência em concursos públicos, tendo em vista que todo o conteúdo encontrado nos editais analisados está disposto na ementa da disciplina.

As demonstrações contábeis, exceto o Demonstrativo de Fluxo de Caixa que foi exigido em apenas 01 (um) edital, são cobradas em boa parte das provas para órgãos públicos, com uma incidência em torno de 40% (quarenta por cento),

assim como os conteúdos referentes à Escrituração das Operações Contábeis Típicas e Plano de Contas do Setor Público que foram exigidos, respectivamente, em 02 (dois) e 03 (três) certames.

Conforme demonstra a Tabela 15, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público são frequentemente exigidas em provas para órgãos públicos, tendo maior relevância de estudo algumas das 11 (onze) normas. Em vista disso, optou-se por dividir estas normas na análise, para que fossem verificadas as que, dentre elas, possuem maior incidência em concursos.

A NBC T SP 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação apresentou alta exigência em provas, tendo mais de 60% (sessenta por cento) de ocorrência em editais para esses exames.

Outras duas normas apresentam maior aplicação que as demais, a NBC T SP 16.4 – Transações no Setor Público e a NBC T SP 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos das Entidades do Setor Público foram exigidas em 03 (três) certames, uma incidência menor se comparada a NBC T SP 16.1, porém as demais 08 (oito) normas foram encontradas em 02 (dois) editais analisados, incidência menor que as analisadas separadamente.

4.3.13 Auditoria Contábil

Disciplina da 7ª fase do curso com carga horária 72 horas, esta disciplina traz conteúdos não só de um ramo da contabilidade, mas de uma técnica utilizada nas operações contábeis. Os conteúdos apresentados nesta ementa são relevantes para a atuação no setor privado, assim como em concursos públicos com vagas para Auditores Fiscais ou Auditores de Controle Interno e semelhantes.

Introdução à auditoria. Atuação do auditor. Objetivos e procedimentos de auditoria. Tipos de auditoria. Princípios e normas de auditoria. Planejamento da auditoria. Auditoria interna e externa. Amostragem estatística em auditoria. Relatórios de Auditoria Tópicos especiais e/ou interdisciplinares (UNESC, 2016).

Através da pesquisa documental da ementa com o plano de ensino da disciplina pôde-se ampliar a relação de conteúdos exigidos nesta disciplina do curso, pois cada item da ementa possui diversos subitens, facilitando a pesquisa. Dessa

maneira, foram verificados que os conteúdos relevantes para o estudo são os dispostos na tabela 16.

Tabela 16 - Conteúdos Relacionados à Auditoria Contábil

CONTEÚDO EXIGIDO NO EDITAL	QTD. DE CONCURSOS
Normas de Auditoria	03
Relatórios de Auditoria	03
Procedimentos de Auditoria	03
Conceitos e Objetivos	02
Auditoria Interna e Auditoria Externa	02
Documentação da Auditoria	02
Amostragem Estatística	01

Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

Esse conteúdo possui muita especificidade quando analisada a frequência em provas, pois se o cargo que estiver com vaga seja para Contador não se encontrará esses conhecimentos no edital. Sendo assim, apesar de seus conteúdos terem sido exigidos em 02 (dois) e 03 (três) concursos, o que daria uma incidência entre 30% (trinta por cento) e 40% (quarenta por cento) não podemos considerar essa incidência, pois dentre os 08 (oito) editais analisados apenas 03 (três) tinham cargos relacionados a esta disciplina, são eles: Auditor Fiscal da PMF, Analista de Controle Interno da PMBC e do TCE/SC.

Após tais considerações é evidente a aderência dos conteúdos dispostos na ementa com o exigido em certames públicos, sendo que as Normas de Auditoria, os Relatórios e os Procedimentos possuir maior aplicação, em contrapartida a Amostragem Estatística foi exigida em apenas uma prova.

4.3.14 Contabilidade Gerencial

Ministrada na 8ª fase do curso e com carga horária de 72 horas, esta disciplina por sua natureza é voltada para instituições privadas, porém isso não impede o seu uso em instituições públicas que utilizam meios avançados de controle e gestão, sendo sua ementa dividida da seguinte maneira:

Controladoria. Contabilidade como sistema de informações projetivas para tomada de decisões; inter-relação com orçamento e análise de variações no contexto econômico-social. Resultados baseados em atividades (ABC).

Teoria das Restrições. EVA - Valor Econômico Agregado. GECON - Gestão Econômica. Balanced Scorecard. Benchmarking. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares (UNESC, 2016).

Os conteúdos como EVA - Valor Econômico Agregado, GECON - Gestão Econômica e Balanced Scorecard são relevantes para o estudo, visto que são utilizados por entidades públicas.

Tabela 17 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade Gerencial

CONTEÚDO EXIGIDO NO EDITAL	QTD. DE CONCURSOS
EVA – Valor Econômico Agregado	02
GECON - Gestão Econômica	00
Balanced Scorecard	00

Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

O conteúdo referente à Gestão Econômica não foi encontrado em nenhum edital e por se tratar de conteúdo muito específico há a probabilidade de não ser encontrado nesse tipo de certame, porém o Balanced Scorecard, apesar de não ter sido encontrado nos editais analisados neste estudo é possível verificar sua incidência em concursos que exigem conhecimento em Administração Pública, este conteúdo costuma ser cobrado juntamente com Planejamento Estratégico.

O valor econômico agregado – EVA teve sua incidência comprovada em 02 (dois) certames e ambos no ano de 2015, dos órgãos ANAC e TCE/SC, o que pode se tornar uma tendência nos próximos anos, visto que ainda é pouco exigido o conhecimento sobre Contabilidade Gerencial em concursos públicos. Sendo assim, apesar de apenas um conteúdo da sua ementa ser encontrada em tais provas, não se observou aplicação de conteúdos dessa área que não estejam abrangidos pela ementa.

4.3.15 Contabilidade e Instituições de Direito Público e Privado

Considerada como conteúdo de formação profissional, esta disciplina da 2ª fase do curso, possui carga horária de 72 horas e aborda conhecimentos básicos para introdução ao direito, abrangendo diversos ramos do direito, tais como: Direito Administrativo, Constitucional, Civil, Empresarial e Tributário.

Ao utilizar o plano de ensino como ferramenta para uma melhor análise, foi utilizada também a ementa da disciplina, que está definida no PP do curso de Ciências Contábeis da UNESC assim: “Introdução ao estudo do direito. Direito civil. Direito constitucional. Direito administrativo. Direito processual civil. Direito Comercial. Código de defesa do consumidor. Tópicos Especiais e/ou Interdisciplinares”.

Dos ramos do direito apresentados na ementa são relevantes para o estudo apenas a Introdução ao estudo do direito, direito administrativo e direito constitucional, não sendo os demais utilizados por não serem encontrados em certames públicos.

Tabela 18 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade e Instituições de Direito Público e Privado

CONTEÚDO EXIGIDO NO EDITAL	QTD. DE CONCURSOS
Direito Administrativo: Princípios da Administração Pública	07
Direito Constitucional: Princípios Constitucionais	05
Introdução ao Direito: Conceito e Fontes do Direito	02

Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

A análise utilizada para essa disciplina teve algumas particularidades, visto que o conteúdo de direito nos editais são abrangentes, abrangendo diversos assuntos de cada ramo especificado, assim os conteúdos da Tabela 18 foram retirados da ementa e do plano de ensino da disciplina e posteriormente identificados nos editais.

Os conteúdos de direito costumam ser considerados como conhecimento básico nos editais de concursos públicos, quase todos os cargos públicos exigem em suas provas conhecimentos sobre ramos do direito, por isso a grande incidência de tais conteúdos em provas. Sendo assim, a ementa da disciplina é verificada em certames públicos, porém para uma preparação adequada o candidato a cargos públicos deve ampliar o estudo do direito além do conhecimento acadêmico, pois tal disciplina é exigida para qualquer cargo de qualquer área.

4.3.16 Contabilidade e Direito Tributário Aplicado

Disciplina da 4ª fase do curso e com carga horária de 72 horas, ela introduz o acadêmico no conhecimento tributário, criando a base para que o graduando possa, nas fases seguintes, entender como funciona esse direito aplicado junto à contabilidade. Dessa maneira, sua ementa está dividida assim:

Sistema Tributário Nacional. Obrigação tributária. Fator gerador. Sujeito ativo e passivo. Crédito tributário. Tributos federais, estaduais e municipais. Contabilização dos tributos. Contencioso fiscal. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares (UNESC, 2016).

O sistema tributário no Brasil encontra-se disposto na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, por isso é necessário o conhecimento dessas normas para a correta aplicação do direito tributário. A ementa da disciplina é composta por pelas partes Constitucional, Código Tributário Nacional e Contencioso Fiscal.

Tabela 19 - Conteúdos Relacionados à Contabilidade e Direito Tributário Aplicado

CONTEÚDO EXIGIDO NO EDITAL	QTD. DE CONCURSOS
Noções Básicas sobre Tributos	02
Código Tributário Nacional	01
Processo Contencioso Tributário	00

Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

O conteúdo de direito tributário possui muita especificidade quando relacionados a concurso público, apenas provas para fiscais tributários exigem tal conhecimento, visto que faz parte da própria atribuição desses profissionais atuarem aplicando esse ramo do direito.

Dentre os editais analisados, apenas o da Prefeitura de Florianópolis, com o cargo de Auditor Fiscal de Tributos Municipais exige o conhecimento do Código Tributário Nacional, como já dito anteriormente, por fazer parte da atribuição desse profissional. O conteúdo básico sobre tributos aparece, além do cargo citado acima, para Contador do MTE, juntamente com outros conteúdos de contabilidade tributária

já foram analisados. Finalmente, o Processo Contencioso Administrativo não foi encontrado em tais certames.

Dessa forma, constata-se a relação da ementa dessa disciplina com os conteúdos exigidos em concursos públicos, desde que estes sejam para fiscais tributários de qualquer esfera da federação.

4.3.17 Teoria da Contabilidade

Apesar de ser estar na 7ª fase do curso e com carga horária de 72 horas, esta disciplina aborda a história e a evolução da contabilidade juntamente com conceitos, princípios e postulados contábeis, sua ementa é dividida da seguinte maneira:

Evolução histórica da contabilidade. Aspectos científicos, filosóficos e metodológicos da ciência contábil. Postulados, princípios e convenções contábeis. Contas patrimoniais e de resultado: Ativo e sua mensuração; Passivo e sua mensuração; Receitas, Despesas, Perdas e Ganhos, Patrimônio Líquido. Relatórios Contábeis. Perspectivas e tendências da contabilidade. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares (UNESC, 2016).

Ao analisar a ementa da disciplina podemos verificar que alguns conteúdos possuem grande importância para o conhecimento da contabilidade e são extremamente relevantes para o estudo comparativo desta pesquisa.

Tabela 20 - Conteúdos Relacionados à Teoria da Contabilidade

CONTEÚDO EXIGIDO NO EDITAL	QTD. DE CONCURSOS
Princípios Contábeis Fundamentais	05
Contas Patrimoniais e de Resultado	05
Contabilidade: Conceituação e Objetivos	02
Provisões em Geral	02
Reconhecimento e Mensuração de Ativos e Passivos	01

Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

Dentre os conteúdos apresentados na Tabela 20, o Reconhecimento e Mensuração, as Provisões e os Conceitos e Objetivos da contabilidade foram aplicados em 25% (vinte e cinco por cento) dos editais analisados, pode-se considerar uma incidência razoável de tais conteúdos.

No entanto, os Princípios Contábeis Fundamentais e as Contas Patrimoniais e de Resultado foram exigidos em 05 (cinco) editais, cada conteúdo, o que demonstra a relevância da disciplina no estudo voltado para certames público. Assim, pode-se afirmar que a ementa da disciplina de Teoria da Contabilidade está em consonância com os conteúdos exigidos em tais provas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestes últimos anos o país entrou em uma grave crise política e econômica, o mercado de trabalho tornou-se totalmente instável, fazendo com que diversos trabalhadores fossem demitidos acarretando uma taxa de desemprego em torno de 12% (doze por cento). Nesta situação é comum a procura por uma vaga no setor público, busca-se a estabilidade e a tranquilidade que um cargo público proporciona.

Para o estabelecido no objetivo a, examinar as ementas de todas as disciplinas classificadas como de formação profissional do curso de ciências contábeis da UNESC, foram feitas análises de cada disciplina, separadamente, e dentro de cada ementa analisados os assuntos que tinham relação com concursos públicos, sendo necessário em alguns realizar uma fusão, ou até uma separação de conteúdos.

Como exemplo de fusão de conteúdos, na Tabela 4, na disciplina de contabilidade intermediária I, os conteúdos referentes à escrituração, diário e razão foram unificados em um único item para avaliação: Escrituração Contábil: lançamentos contábeis e livros de escrituração, auxiliando na análise.

O objetivo b, analisar e identificar, através de editais os conteúdos mais exigidos em concursos públicos nesta área entre os anos de 2013 e 2015 teve a finalidade de entender e propiciar aos interessados em prestar tais certames quais os conteúdos que as bancas mais exigem, fazendo com que o estudo possa ser mais direcionado para estes conteúdos. Conforme a Tabela 3, a demonstração do resultado e os princípios da Administração Pública foram encontrados em 07 (sete) dos 08 (oito) editais analisados, ou seja, é fundamental para aqueles que se preparam para tais provas que tenham conhecimento avançado desses conteúdos.

Cabe ressaltar que neste objetivo, alguns conteúdos importantes da contabilidade não apresentaram muita incidência nos editais, devido à limitação da pesquisa que utilizou como critérios para a amostragem dos concursos, o ano, a esfera de realização e a quantidade de vagas.

Sendo assim, a Tabela 3 apresenta, por exemplo, conteúdos sobre tributos com frequência apenas em 01 (um) edital, a explicação para isto é que dos editais analisados apenas o concurso da Prefeitura Municipal de Florianópolis tinha

o cargo de Auditor Fiscal, profissão que exige conhecimento de tais assuntos. Outro conteúdo que pode ser explicitado é Auditoria, esta disciplina é comum para cargos de Auditor ou Controlador Interno, sendo limitada a exigência de tais conteúdos.

Os cargos para contador, normalmente, exigem conteúdos de contabilidade geral e pública, sendo os conteúdos mais encontrados nos certames para a área. Dessa maneira, os conteúdos mais exigidos dentre os editais analisados têm maior probabilidade de serem encontrados em concursos públicos, mas conforme o cargo exigido podem sofrer alterações.

Em relação ao objetivo “c”, identificar os principais concursos, cargos, quantidade de vagas e remuneração para bacharéis em ciências contábeis, foram encontrados 27 (vinte e sete) editais com vagas para 39 (trinta e nove) cargos, totalizando 133 (cento e trinta e três) vagas.

Na esfera municipal foram identificados 22 (vinte e dois) certames, com um total de 55 (cinquenta e cinco) vagas, isto gera uma média de 2,5 (dois e meio) vagas por concurso. Dessa totalidade, apenas 02 (dois) cargos apresentaram remuneração acima de 5.000,00 (cinco mil reais) tendo o restante remuneração abaixo desse valor, a média salarial nos municípios ficou em torno de 3.770,00 (três mil setecentos e setenta reais)

Nos estados, apenas 07 (sete) editais foram abertos entre 2013 e 2015, com um total de 21 (vinte e um) vagas e uma média de 03 (três) por certame. Destes concursos, 05 (cinco) cargos apresentaram uma remuneração acima de 5.000,00 (cinco mil reais) totalizando uma média salarial de aproximadamente 6.365,00 (seis mil trezentos e sessenta e cinco reais)

O restante foi identificado na esfera federal, dentre o período pesquisado foram abertos 10 (dez) editais com um total de vagas de 57 (cinquenta e sete) com uma média de 5,7 vagas por concurso. Dentre estes certames 09 (nove) tiveram remuneração acima de 5.000,00 (cinco mil reais), o que gera uma média salarial aproximada de 7.100,00 (sete mil e cem reais).

Dessa maneira, logicamente, pela quantidade imensa de municípios há muito mais editais abertos para o bacharel nesta esfera que nos estados e na União, porém a quantidade de vagas nas cidades é menor que nas outras esferas, raramente ultrapassando 05 (cinco) vagas abertas para algum cargo. Referente à

remuneração os cargos federais são os que mais bem remuneraram, seguidamente dos estaduais e dos municipais.

A matriz curricular analisada possui 42 (quarenta e duas) disciplinas, incluindo os três tipos de conteúdos, ou seja, formação básica, profissional e teórico-prática,

No total este estudo pesquisou e analisou 08 (oito) editais de concursos públicos e 29 (vinte e nove) ementas de disciplinas constantes na matriz do curso de ciências contábeis da UNESC e classificadas como conteúdos de formação profissional pelo Projeto Pedagógico do curso de ciências contábeis da UNESC.

Dessas disciplinas analisadas, 17 (dezesete) têm os conteúdos de suas ementas relacionados nos certames analisados, e 12 (doze) não possuem esta relação, sendo conteúdos voltados especificamente para outras áreas da contabilidade.

Dessa maneira, quando analisadas com toda a matriz curricular, a aderência dos conteúdos das disciplinas com os exigidos em concursos públicos é de 40,5% (quarenta inteiros e cinco décimos por cento), porém como nos editais dos certames foram analisados apenas os conteúdos referentes à contabilidade esta análise não seria a mais correta.

O correto é analisar a aderência das disciplinas de formação profissional do curso de Ciências Contábeis da UNESC com os conteúdos de contabilidade exigidos nos concursos públicos para esta área, e nesta análise o grau de aderência aumenta, resultando em 58,62 (cinquenta e oito inteiros e sessenta e dois centésimos por cento), refletindo um resultado mais fiel.

Por fim, considerando a existência, na Contabilidade, de diversas áreas de atuação profissional e que o curso de Ciências Contábeis deve abranger conteúdos de tais áreas para possibilitar ao acadêmico conhecimento de todos os ramos, os percentuais de aderência de conteúdos demonstram que o bacharel em Ciências Contábeis formado pela UNESC adquire conhecimento necessário para disputar vagas no setor público, e se esta for sua área de interesse, aprofundar mais o conhecimento e estudo de outras disciplinas que podem ser exigidas em tais provas.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Administrativo esquematizado**. 1. ed. São Paulo: Método, 2013.

ANAC. **Edital de Abertura de concurso público**. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/concursos_publicos/em-andamento-1/agencia-nacional-de-aviacao-civil-anac-1/edital_76_anac_4.pdf>. Acesso em: 07 de março de 2016.

BRASIL. **Constituição Federal da Republica. 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 de Outubro de 2015.

_____. **Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 560/1983**. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/resolucaocfc560.htm>. Acesso em 23 de Outubro de 2015.

_____. **Estatuto do Servidor Público Federal. Lei Federal 8.112/1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112compilado.htm. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

_____. **Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 10/2004**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf. Acesso em: 22 de Outubro de 2015.

CAUSC. **Edital de Abertura de concurso público**. Disponível em: <<http://causc.fepese.org.br/?go=edital&mn=1151b3eab3b069d5112ccae1943307c4&edital=1>>. Acesso em: 10 de março de 2016.

CESPE UnB – **Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília**. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/>. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

DURIGON, Almir Rodrigues. **O Perfil do Contador no Século XXI**. 2006. Disponível em: <http://www.classecontabil.com.br/artigos/o-perfil-do-contador-no-seculo-xxi>. Acesso em: 26 de outubro de 2015.

ESAF - **Escola Superior de Administração Fazendária**. Disponível em: http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/concursos_publicos. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

FCC - **Fundação Carlos Chagas.** Disponível em: <<http://www.concursosfcc.com.br/>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

FEPESSE – **Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos.** Disponível em: http://novosite.fepese.org.br/?page_id=47. Acesso em: 16 de fevereiro de 2016.

FGV – **Fundação Getúlio Vargas.** Disponível em: <<http://fgvprojetos.fgv.br/concursos>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo.** 17. ed. atualizada por Fabrício Motta São Paulo: Saraiva, 2012.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai. /jun. 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA-INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 22 out. 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo.** 10. ed. rev. atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LAGIOIA, U. C. T.; SANTIAGO, H. L. F.; GOMES, R. B.; RIBEIRO FILHO, J. F. **Uma investigação sobre as expectativas dos estudantes e o seu grau de satisfação em relação ao curso de ciências contábeis.** Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 4, n. 8, p. 121-138, 2007.

MARION, José. Carlos. ROBLES JÚNIOR, A. **A Busca na Qualidade no Ensino Superior de Contabilidade no Brasil.** Contabilidade Vista & Revista, v. 9, n. 3, p. 13-24, 1998.

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito administrativo brasileiro.** 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo.** 31. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2013.

MINAYO, Maria de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MPTC. **Edital de Abertura de concurso público**. Disponível em: <<http://mptc.fepese.org.br/?go=edital&mn=1151b3eab3b069d5112ccae1943307c4&edital=2>>. Acesso em: 09 de março de 2016.

MPU. **Edital de Abertura de concurso público**. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/MPU_13_2/arquivos/ED_1_2013_MPU_13_2_ABERTURA.PDF>. Acesso em: 08 de março de 2016.

MTE. **Edital de Abertura de concurso público**. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/MTE_14_NM_NS/arquivos/EDITAL_N___1___ABERTURA.PDF>. Acesso em: 08 de março de 2016.

PMF. **Edital de Abertura de concurso público**. Disponível em: <<http://auditorfiscal.fepese.org.br/?go=edital&mn=1151b3eab3b069d5112ccae1943307c4&edital=3>>. Acesso em: 09 de março de 2016.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

TCE. **Edital de Abertura de concurso público**. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/TCE_SC_15/arquivos/TCE_SC_2015_ED_1___ABERTURA___CONFORME_DI___RIO.PDF>. Acesso em: 07 de março de 2016.

UNESC - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC. Disponível em: http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/12693.pdf. Acesso em: 11 de Abril de 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE I – Ementas das disciplinas não analisadas

ANÁLISE FINANCEIRA DE INVESTIMENTOS

Período: 3ª fase - Carga Horária: 72h/a

Descrição/Ementa: A função financeira nas empresas. Alavancagem e estrutura de capital. Orçamentos de capital. Técnicas de análise. Decisões de investimentos: métodos de avaliação e custo de capital. Risco e retorno. Seleção de investimentos. Diversificação de investimentos. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares.

CONTABILIDADE E DIREITO EMPRESARIAL

Período: 3ª fase - Carga Horária: 72h/a

Descrição/Ementa: Direito comercial como direito de empresa. Regime jurídico comercial e proteção à empresa. Empresário e Sociedades em Geral. Registro público das empresas mercantis. Estabelecimento comercial. Propriedade industrial. Recuperação Judicial e Extrajudicial e a Falência Empresário. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares. Atividades Práticas Específicas.

CONTABILIDADE, LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

Período: 3ª fase - Carga Horária: 72h/a

Descrição/Ementa: Fundamentos doutrinários. Relação jurídica do emprego. Contrato de trabalho. Regulamentação do trabalho. Noções de direito coletivo do trabalho. Aspectos práticos e contábeis da legislação trabalhista. Previdência Social. Aspectos práticos e contábeis da legislação previdenciária. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares.

CONTABILIDADE E MERCADO DE CAPITALIS

Período: 4ª fase - Carga Horária: 36h/a

Descrição/Ementa: Globalização financeira. Políticas econômicas. Sistema financeiro nacional: evolução; estrutura; e funcionamento. Ativos financeiros. Mercado de capitais à vista, a termo, futuro e de opções. Análise de retorno e risco nos investimentos. Instrumentos de tomada de decisão: análise fundamentalista e técnica. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares e Atividade prática e específica.

ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL

Período: 4ª fase Carga Horária: 36h/a

Descrição/Ementa: Aspectos fundamentais da ética. O Código de Ética do Contador. Legislação e normas profissionais e de ética. Ética social. Ética Empresarial. Ética e moral. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares..

CONTABILIDADE, MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Período: 4ª fase - Carga Horária: 72h/a

Descrição/Ementa: Responsabilidade Social das Organizações. Contabilidade Social. Balanço Social: custo e benefício. Demonstração do Valor Adicionado. Gestão Ambiental. A Relação entre Contabilidade e Meio Ambiente. A Questão Ambiental. Mensuração. Legislação e Relatórios. Custos de Natureza Ambiental. Métodos Contábeis Aplicados. Auditoria Ambiental. Tópicos Especiais e/ou Interdisciplinares.

CONTABILIDADE AVANÇADA I

Período: 5ª fase - Carga Horária: 72h/a

Descrição/Ementa: Ganhos e perdas de capital. Partes Relacionadas. Métodos de avaliação de investimentos (método de custos e da equivalência patrimonial). Patrimônio Líquido e suas Mutações (Constituição de Reservas). Juros de capital próprio. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares.

CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA II

Período: 6ª fase - Carga Horária: 72h/a

Descrição/Ementa: Lucro Real. Obrigações Acessórias (DIPJ, DCTF, DIRF e DCOMP). Retenção Tributária. Compensação Tributária. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares. Atividades Práticas Específicas.

CONTABILIDADE E GOVERNANÇA CORPORATIVA NAS EMPRESAS

Período: 6ª fase - Carga Horária: 72h/a

Descrição/Ementa: Objetivos, Concepções e Valores da Governança Corporativa. A estrutura do poder, o processo e as práticas de governança corporativa. A Governança Corporativa no Brasil. Boas práticas de Governança Corporativa.

Planejamento Estratégico. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares. Atividades Práticas Específicas.

CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA III

Período: 7ª fase - Carga Horária: 72h/a

Descrição/Ementa: Simples Nacional. Imposto de Renda Pessoas Físicas (mensal/anual). Lucro Presumido e Arbitrado. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares. Atividades Práticas Específicas.

CONTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA EMPRESARIAL

Período: 7ª fase - Carga Horária: 72h/a

Descrição/Ementa: Aspectos fundamentais de orçamento empresarial. Orçamento de Vendas, de Produção, de Custos, de Despesas Operacionais e de Caixa. Demonstrações financeiras projetadas. Controle orçamentário. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares. Atividades Práticas Específicas.

PERÍCIA E INVESTIGAÇÃO CONTÁBIL, E ARBITRAGEM

Período: 8ª fase - Carga Horária: 72h/a

Descrição/Ementa: Filosofia e princípios da perícia. Campo de atuação e procedimentos. O exercício profissional. A perícia no processo civil. Técnicas de trabalho pericial judicial, quesitos e fundamentação da prova. Investigação contábil: crimes financeiros, técnicas de investigação processual penal, criminologia, entre outros. Noções de mediação e arbitragem. Tópicos especiais e/ou interdisciplinares.